

Ferrovias Norte Sul S.A.

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Ferrovia Norte Sul S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ferrovia Norte Sul S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Ferrovia Norte Sul S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria (“PAA”) é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Reconhecimento da receita

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 4 (r) e nº 23 às demonstrações financeiras, a Companhia reconhece a receita de prestação de serviços de transportes ferroviários de carga à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo, sendo altamente dependente do ambiente de tecnologia da informação e requerendo uma estrutura robusta para suportar as transações de monitoramento da prestação dos serviços e de faturamento, desde a captura, o processamento e o registro das transações. Esse assunto foi considerado como um PAA em virtude da complexidade, do alto nível de dependência do ambiente de tecnologia da informação e dos respectivos controles internos envolvidos no processo de reconhecimento de receita.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Para responder a esse PAA, nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros:

- (i) Entendimento do processo e avaliação do desenho e da implementação das atividades relevantes, bem como a efetividade da operação de controles internos da Companhia relacionados ao processo de reconhecimento da receita.
- (ii) Envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para reconhecimento da receita.
- (iii) Teste, em base amostral, sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, bem como se as receitas foram contabilizadas no período de competência correto, com base na estimativa elaborada pela Diretoria, em função da satisfação das obrigações de desempenho ao longo do tempo.
- (iv) Teste, em base amostral, sobre a exatidão da emissão de faturas.
- (v) Avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências nos controles internos relacionadas ao processo de reconhecimento de receita da Companhia. Há ajustes identificados, considerados imateriais, que não foram registrados pela Companhia. Em função disso, alteramos a nossa avaliação quanto à natureza e extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a captura, o processamento, o registro e as respectivas divulgações sobre o reconhecimento de receita da Companhia são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ênfases

Saldos relevantes entre a Companhia e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, que contém informações sobre transações relevantes realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas, assim como seus impactos no resultado e nos ativos e passivos correspondentes. Parte substancial do saldo de passivos de arrendamento, registrado em 31 de dezembro de 2023, advém de transações com partes relacionadas, de forma que estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Reapresentação de valores correspondentes

Chamamos a atenção à nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que apresenta reapresentação relacionada à classificação de peças de reposição e sobressalentes dos estoques para o ativo imobilizado e ativo intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 1º de janeiro de 2022. Os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na CPC 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, equivalente à IAS 8. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 8 de março de 2024

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG


Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2 "T" MG

Mensagem da Diretoria:

O ano de 2023 foi marcado mais uma vez por significativos avanços nos Indicadores Operacionais da VLI. (Controladora da Ferrovia Norte-Sul - FNS)

Os muitos desafios (o mais significativo deles sendo o enfrentamento, em conjunto com outras concessionárias, do vandalismo contra cargas e ativos na baixada santista - SP) não nos impediram de melhorar nossa performance financeira através da execução de diversas iniciativas voltadas ao aumento da lucratividade das nossas operações como, por exemplo, aumento da estabilidade operacional, disciplina na gestão de custos e despesas e baixa tolerância a perdas.

A entrega do EBITDA, um importante *proxy* para a geração de Caixa Operacional, reforça nossa confiança no planejamento e execução de novos investimentos voltados à expansão da capacidade e aprimoramento dos sistemas e controles voltados para a segurança de Funcionários, das Comunidades com as quais nos relacionamos e das cargas que transportamos para nossos Clientes.

Dessa forma, destacamos no ano de 2023:

- ✓ O incremento de 5% no Volume transportado nas Ferrovias e elevado nos Portos.
- ✓ Crescimento de 19% na Receita Líquida, atingindo R\$ 9.1 bilhões.
- ✓ EBITDA recorrente de R\$ 4,5 bilhões, crescimento de 34% em relação a 2022.
- ✓ Lucro Líquido recorrente de R\$ 916 milhões e reportado de R\$ 131 milhões.
- ✓ Fluxo de Caixa gerado pelas Operações de R\$ 4.9 bilhões, aumento de 33% em relação a 2022.
- ✓ Investimentos de R\$ 2.3 bilhões.
- ✓ Redução do Endividamento Bruto Consolidado em R\$ 2.2 bilhões, mesmo após o alongamento da nossa dívida através de uma emissão de debêntures incentivadas de R\$ 1 bilhão, com vencimento ao final de 2030 e rating AAA.

Esses resultados, ainda que importantes para o equilíbrio do negócio, tem um significado ainda maior para todos nós pois foram atingidos enquanto buscamos o fortalecimento do relacionamento com nossos Clientes e o aprimoramento do nosso ambiente de negócios.

Dentre as diversas iniciativas realizadas em 2023 nesse sentido gostaríamos de destacar:

- ✓ O atingimento da nota 42 em nosso Net Promoter Score (NPS – escala que vai de -100 a +100) comparado à nota 6 em 2022, o que reflete nossa intenção de criar valor para os Clientes através da cocriação de soluções e entrega dos níveis de serviço acordados.
- ✓ A certificação 37.001 (*Antissuborno*) que ratificou um valor básico para todos nós: os Princípios Éticos que guiam cada decisão sobre a forma como realizamos negócios.
- ✓ Ultrapassagem da marca de 1.500 mulheres, sendo 25% em cargos de alta liderança.
- ✓ Inauguração, em conjunto com a COPI, do corredor de fertilizantes do Norte; esse projeto teve investimento de aproximadamente R\$ 400 milhões e habilita uma capacidade operacional de transporte inicial de 1,5 milhão de toneladas ao ano. Essa iniciativa abre caminho para formação de um polo industrial naquela importante região do país, tornando-a autossuficiente no abastecimento de fertilizantes.

- ✓ A publicação do Relatório de Sustentabilidade com os principais avanços de 2022 e projeções para os próximos anos de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative (GRI)*, incluindo alguns indicadores SASB. Os temas estão relacionados aos objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), com metas específicas até 2030.
- ✓ Reconhecimento da VLI pelos rankings do Valor Inovação e 100 Open Corps por nossa jornada de inovação e digitalização do negócio.
- ✓ Nossa inclusão pela primeira vez no ranking das *Melhores do Great Place to Work – GPTW*, na 63ª posição no ranking das Grandes Empresas.

Incentivados por essa performance entramos no ano de 2024 fortemente motivados a perseguir nosso plano de crescimento (enquanto, paralelamente, avaliamos a eventual renovação do contrato de concessão da Ferrovia Centro Atlântica), ampliando relacionamentos, reduzindo gargalos logísticos e reforçando o cuidado genuíno com a Saúde e Segurança das Pessoas.

O propósito que nos guia é simples de enunciar – queremos Transformar a Logística do Brasil. Seguimos na direção do “Conexão 2030” consolidando a transformação na nossa forma de operar e atender nossos clientes, crescendo através da expansão da oferta de capacidade e ofertando novas soluções logísticas.

Fabio Marchiori
CEO Interino
CFO
Diretor de Relações com Investidores

1. Comentário do Desempenho – 2023 – Ferrovia Norte-Sul.

Principais Indicadores Econômicos e Operacionais				
(Em milhões)	2021	2022	2023	Δ 22 - 23%
Volume ferrovia MTKU (fat)	10.853	12.854	13.344	4%
Volume ferrovia TU (fat)	11.110	13.052	13.757	5%
Receita bruta consolidada	1.140	1.561	2.041	31%
Receita líquida consolidada	1.097	1.503	1.986	32%
Lucro / (prejuízo líquido) do período	272	512	880	72%
EBIT (LAJIR)	358	643	1.060	65%
EBITDA (LAJIDA)	564	851	1.296	52%
Margem EBITDA (%)	51%	57%	65%	15%
Dívida bruta	500	502	496	-1%
Caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos	333	374	273	-27%
Dívida líquida	167	128	223	74%
Dívida líquida / EBITDA	0,30	0,15	0,17	14%

Lucro / (prejuízo líquido) do período	272	512	880
(+) Imposto de renda e contribuição social	57	94	152
(+) Resultado financeiro líquido	29	37	28
EBIT	358	643	1.060
(+) Depreciação e amortização	206	208	236
EBITDA	564	851	1.296

Os resultados apresentados na tabela acima foram alavancados pela diversidade de cargas transportadas e elevadas, pela adequação da nossa estratégia de precificação, ampliando a competitividade do modal ferroviário e compartilhando o valor criado pela localização estratégica de ativos multimodais (Portos e Terminais Integradores Ferroviários) além do estrito controle e disciplina na gestão de custos.

2. Ética e Integridade:

Na VLI mais do que conectar caminhos, conectamos pessoas e valores. Acreditamos na geração de valor compartilhado e é com paixão e compromisso que trabalhamos todos os dias, transportando riquezas que contribuem para o desenvolvimento do nosso país. Crescer e transformar exigem atenção redobrada para os valores e princípios que orientam nossa conduta. E confiamos que só com o respeito a elevados padrões éticos é possível contribuir para o bem comum dos nossos colaboradores, fornecedores, clientes, comunidades, meio-ambiente e com a sociedade em geral.

Criado em 2014, o Programa de Ética e Conformidade da VLI (“Programa”) tem como objetivo estabelecer processos que promovam um ambiente ético, em conformidade ao Código de Conduta Ética da VLI, às Políticas e Procedimento Internos, como também à legislação aplicável aos seus negócios.

Com o objetivo de promover um ambiente ético e íntegro, o Programa de Ética e Conformidade é estruturado em oito pilares. Os pilares, baseados na metodologia ABC (*Anti-Bribery & Corruption*), são sustentados pelos princípios de prevenção, detecção e resposta e traduzidos nas seguintes ações:

- ✓ Existência de alçada exclusiva responsável pelo Programa de Ética e Conformidade, denominada Função Compliance. A Função é exercida com autonomia, independência e dotação orçamentária própria e adequada para a dedicação exclusiva aos temas de ética e compliance, além de equipe técnica devidamente capacitada e dedicada.
- ✓ Reporte à Alta Direção, incluindo, mas não se limitando ao Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento.
- ✓ Criação, revisão e propagação periódica das diretrizes de Ética e Conformidade da VLI para seus colaboradores e parceiros, refletidos no Código de Conduta, na Política Antissuborno e Anticorrupção e nos demais normativos estabelecidos pela Companhia.
- ✓ Comprometimento, engajamento e participação da alta e média liderança em temas e ações de Ética e Conformidade.

- ✓ Comunicação e treinamentos contínuos disponibilizados.
- ✓ Na VLI, os riscos de ato ilícito no relacionamento com o poder público (corrupção), fraude em contratações e suborno são considerados riscos prioritários. Ao adotar essa classificação as ações de mitigação e seus resultados são acompanhadas pela alta liderança da Companhia, reforçando o nosso compromisso de atuar em conformidade as leis e regulamentos que nos regem.
- ✓ Os processos de contratação de parceiros de negócios, colaboradores, fusões e aquisições, convênios celebrados com a administração pública, e de patrocínios e doações são considerados críticos para a VLI, devendo ser respaldados por meio de diligência e pesquisas reputacionais (“*due diligence*”), conforme determinado em nossos procedimentos internos. Ainda, como parte do aprimoramento do Programa, com o objetivo de assegurar que as sanções impostas contra países, entidades e pessoas físicas pelas principais normas e regulamentos internacionais são cumpridas pela VLI na condução de seus negócios, salvaguardando sua reputação e mitigando o risco da aplicação de sanções, multas e demais penalidades em 2022 a Companhia implementou o processo de *due diligence* relacionado a sanções internacionais nas operações de portos.
- ✓ Implementamos controles, realizamos testes e ações de monitoramento. Essas iniciativas visam a prevenção e detecção de desvios, além de avaliar a aderência dos processos às diretrizes e procedimentos da Companhia.
- ✓ Existência do Canal de Ética VLI, meio de comunicação seguro, confidencial e, se desejado, anônimo, para qualquer pessoa, dentro ou fora da empresa, possa reportar um caso de suspeita ou violação do Código de Conduta Ética da VLI, das nossas políticas e procedimentos, e das legislações aplicáveis, como condutas de fraudes, corrupção ou que violem às disposições previstas na legislação brasileira anticorrupção vigente. Em 2022, a VLI implementou o canal de ética exclusivo para mulheres, com um atendimento personalizado e profissionais preparadas para receber, acolher e tratar casos específicos do público feminino.

Como parte do nosso engajamento e evolução constante, em 2023, a VLI se tornou uma empresa certificada na ISO 37.001 Sistema de Gestão Antissuborno. A norma estabelece requisitos para criar, implementar, manter e aprimorar sistemas antissuborno. Alinhado ao significado da certificação, essa conquista reitera nosso compromisso com a integridade, ética e conformidade com práticas globais de prevenção ao suborno, buscando impactar positivamente colaboradores, fornecedores, clientes, comunidades, meio ambiente e sociedade.

Esta conquista complementa nossos compromissos e reconhecimentos públicos, entre eles:

- ✓ Adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção - Instituto Ethos.
- ✓ Prêmio ABERJE 2023 – Campanha “Basta! Na VLI a falta de ética não tem vez”.
- ✓ Melhores Empresas para Trabalhar - GPTW 2023 - As afirmativas vinculadas ao Programa e Canal de Ética se destacaram pelo alto índice de confiança e percepção positiva.

3. Gestão de Pessoas:

Em 2023 mantivemos focados nas pessoas para sustentar a nossa estratégia com a “Conexão 2030”. Com o objetivo de ter ao nosso lado as melhores pessoas e deixar um legado de transformação para as gerações futuras do país, a VLI investiu no desenvolvimento e encarecimento dos empregados. A partir da Cultura Organizacional, pautada nos seus comportamentos e crenças e valores que nos norteiam: Cuidado Genuíno; Orientação para Resultados; Foco na prosperidade dos Clientes; Atitude Certa; Valor Compartilhado e Empreendedorismo.

Buscamos promover a diversidade e a inclusão, para que cada vez mais nosso time encontre na VLI um ambiente em que todos possam ser quem são e não tenham medo de se expressar. Além disso, nossa busca incansável pela entrega de resultados e nossa paixão por servir serão essenciais e inegociáveis nessa jornada.

Todos os trabalhos direcionados para criar um ambiente de respeito, confiança e sem melindres tem proporcionado o engajamento e redução do turnover para valores inferiores à referência de mercado.

Em 2023, a nossa Conselheira Independente foi reeleita pelo Conselho de Administração e, além disso, contratamos uma executiva de mercado para a posição de Diretora Comercial; com essas decisões reforçamos nosso compromisso de promover a equidade de gêneros na VLI. Esses e outros movimentos nos fizeram avançar de 21% para 25% a participação de mulheres em cargos de alta liderança e superamos o marco de 1.500 mulheres na VLI, 18% do total de funcionários.

Em relação à equidade racial avançamos de 33% para 36% a participação de líderes negros e de 18% para 19% sua representação na alta liderança.

4. Sustentabilidade

Promover desenvolvimento econômico para o País está no DNA da VLI. em 2021, lançamos a nossa Agenda ESG, “VLI para o amanhã – conexões para um mundo melhor”, quando firmamos 6 compromissos, divididos em 3 pilares, que devem ser alcançados até 2030. Essa Agenda sustenta o nosso propósito de ser referência em sustentabilidade na logística brasileira.

Agenda ESG:

The infographic is divided into three vertical columns, each representing a pillar of the ESG Agenda. Each column has a header with an icon and text, followed by a list of commitments (numbered 1-6) with their respective impact areas (E for Environmental, S for Social, G for Governance) and brief descriptions of progress and future goals.

- SEGURANÇA PARA AS OPERAÇÕES** (Safety for Operations):
 - 1. Ampliar condições de saúde e segurança do nosso time, alcançando taxa de acidentes com afastamento (TFCA) 0,5 e taxa de frequência de acidentes com/sem afastamento inferior a 2,0. S (social)**
Em 2022, continuamos empenhando esforços para a saúde e segurança dos nossos empregados. Infelizmente, não alcançamos os índices desejados. Para a taxa de acidentes com afastamento (TFCA), a meta era 1,19 e encerramos o ano com 1,95. A taxa de frequência de acidente com/sem afastamento esperada era de 2,47, mas finalizamos 2022 com uma taxa de 3,01.
Esses números reforçam o caminho que temos pela frente para alcançar a meta estabelecida até 2030: a você verá iniciativas tomadas nessa frente no capítulo *Segurança das operações*, neste Relatório.
- LEGADO PARA O PLANETA** (Planet Legacy):
 - 2. Contribuir para a mitigação das mudanças climáticas, reduzindo em 15% a emissão de gases de efeito estufa por tonelada transportada. E (ambiental)**
Em 2022, reduzimos em 4% a emissão de gases de efeito estufa, a partir do consumo de diesel em locomotivas (Escopo 1), quando comparado com os índices do ano anterior. No capítulo *Legado para o planeta* deste Relatório, leia detalhes sobre as atividades que proporcionaram esse avanço.
Para 2023, temos o objetivo de seguir diminuindo as emissões, chegando a 1,5% de redução no consumo de diesel por tonelada transportada (MTKU) na operação ferroviária em relação a 2022. A estruturação de um plano de descarbonização e a comunicação de nossos resultados com clientes parceiros também fazem parte das principais metas do tema no ano.
 - 3. Reduzir em 20% o consumo de água nova nas operações. E (ambiental)**
No primeiro ano de execução da Agenda ESG, já alcançamos 17% de redução no consumo de água nova. Leia no capítulo *Legado para o planeta* a estratégia adotada para o atingimento desse índice.
- VALOR PARA AS RELAÇÕES** (Value for Relationships):
 - 4. Sensibilizar 100% de clientes e fornecedores críticos em temas de ética e políticas de inclusão da VLI. G (governança)**
Essa meta foi 100% atingida já em 2022, e agora temos o desafio de manter este índice.
 - 5. Alcançar e manter índice de 60% de contratação de fornecedores locais. S (social)**
No balanço de 2022, registramos um índice de compras locais de 53%, o que representa um aumento de dois pontos percentuais em relação a 2021. Confira mais informações no capítulo *Valor para as relações*.
 - 6. Alcançar 30% de mulheres em cargos de alta liderança, a partir de gerência, até 2025. S (social)**
Em 2022, avançamos de 16% para 21% o número de mulheres em posições de alta liderança. Para 2023, a meta é chegar a 24%. No capítulo *Valor para as relações*, detalhamos as estratégias para avançar ainda mais na equidade de gênero dentro de nossa Companhia.

Em consonância com essa agenda, a VLI se compromete com importantes movimentos como o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, do Instituto Ethos; o Pacto Empresarial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras, proposto pela Childhood Brasil; e o Pacto Global da ONU.

Em consonância com o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, foram muitas as iniciativas que reforçaram a Ética como pilar fundamental para a VLI. A implementação da Política Antissuborno e Anticorrupção foi um destaque, estimulando a cultura de integridade em todos os níveis da companhia. Em 2023, também investimos na capacitação ética dos times, diálogos de integridade, o que resultou na Certificação na ISSO 37001.

Já na Atuação social, em 2023 foram investimos em iniciativas socioambientais que contemplam projetos de educação, cultura e economia circular, beneficiando diretamente cerca de 200 mil pessoas, em 34 municípios.

Entre nossos projetos de 2023, destacam-se:

- ✓ Projeto Novo Trilho que transforma o resíduo em renda para a comunidade e para o ecossistema da reciclagem além de preservar o meio ambiente. Foram abertos 27 pontos em 10 municípios e mais de 90 toneladas de resíduos com destinação correta através do projeto.
- ✓ Estação de Memórias, que conta com a parceria das prefeituras municipais e se volta ao registro, à valorização e à disseminação da memória ferroviária de diferentes localidades do País, contribuindo para a preservação dos patrimônios históricos, artísticos e documentais das ferrovias no Brasil. Inauguramos inauguradas 8 novas estações em 2023.
- ✓ Programa Conexão Comunidade é um amplo programa de educação e cultura que promove atividades formativas e criativas em arte, comunicação, mobilização e educação patrimonial, com o objetivo de valorizar, fortalecer e difundir o patrimônio cultural local. Em 2023, foram beneficiadas cerca de 32 mil pessoas pela edição iniciada no segundo semestre de 2022.

Além das iniciativas de investimento social, a VLI mantém diálogo transparente e permanente com as comunidades que convivem com as suas operações. Uma das ferramentas usada para este fim é o Alô VLI, um canal 0800 disponível para o registro de manifestações. Todas as manifestações são encaminhadas e tratadas.

A VLI cuida do meio ambiente por meio de uma gestão eficiente, com adoção de ações preventivas para mitigar impactos associados às atividades da companhia. Neste sentido nossas Pessoas são estimuladas a discutir a viabilidade de novas tecnologias e escolher recursos ambientalmente eficazes e sustentáveis.

No setor de tecnologia, mais uma vez fomos reconhecidos pelos rankings do Valor Inovação e 100 Open Corps por nossa jornada de inovação e digitalização do negócio.

Outro grande destaque em 2023 foi a entrada da VLI pela primeira vez no ranking das Melhores do *Great Place to Work – GPTW*, onde alcançamos o 63º lugar geral no ranking de grandes empresas.

5. Auditores Independentes:

A política de atuação do Grupo na contratação de serviços adicionais à auditoria externa junto aos atuais auditores independentes do grupo se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Esses princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A contratação dos nossos auditores independentes foi aprovada por nosso Conselho de Administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se à auditoria das demonstrações financeiras e revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR do Grupo.

Ferrovias Norte Sul S/A
Balço Patrimonial (BP)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado – Nota 5)	01/01/2022 (Reapresentado – Nota 5)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	272.611	373.592	333.241
Contas a receber	7	28.105	57.493	17.780
Estoques	9	58.913	15.817	11.567
Tributos a recuperar	10	12.236	24.882	28.271
Despesas pagas antecipadamente		3.392	3.013	259
Demais ativos		5.184	5.311	4.889
Total do ativo circulante		380.441	480.108	396.007
Não circulante				
Contas a receber	7	412.567	426.303	403.180
Tributos a recuperar	10	125.326	89.017	84.321
Demais ativos		32.518	14.100	9
Depósitos judiciais	11	3.240	2.241	2.458
Tributos diferidos		-	-	4.179
Imobilizado	12	1.873.398	1.725.457	1.456.919
Intangível	13	1.738.493	1.756.872	1.715.263
Total do ativo não circulante		4.185.542	4.013.990	3.666.329
Total do ativo		4.565.983	4.494.098	4.062.336
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	14	223.357	352.489	67.445
Contas a pagar	14	7.208	7.055	1.063
Financiamentos	15	8.556	7.413	1.769
Debêntures	15	2.183	2.917	2.129
Tributos a recolher	16	1.859	3.023	2.265
Tributos a recolher sobre o lucro	16	29.374	19.686	-
Obrigações sociais e trabalhistas	17	21.586	18.243	17.877
Arrendamentos e subconcessão	19	2.958	3.636	14.231
Dividendos a pagar	18	159.920	93.903	274.861
Demais passivos		8.155	6.662	145
Total do passivo circulante		465.156	515.027	381.785
Não circulante				
Financiamentos	15	160.522	167.023	172.402
Debêntures	15	324.525	324.285	324.083

Tributos diferidos sobre o lucro	25(a)	15.320	9.127	-
Arrendamentos e subconcessão	19	391.567	402.522	376.091
Demais passivos		553	-	32
Benefícios a empregados		-	-	1.424
Provisão para processos judiciais	11	42.767	37.451	36.722
Total do passivo não circulante		935.254	940.408	910.754
Patrimônio líquido	20			
Capital social		1.859.134	1.859.134	1.859.134
Reservas de lucros		1.306.439	1.179.529	910.663
Total do patrimônio líquido		3.165.573	3.038.663	2.769.797
Total do passivo e patrimônio líquido		4.565.983	4.494.098	4.062.336

Ferrovía Norte Sul S/A
Demonstração de Resultado do Exercício (DRE)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita líquida dos serviços prestados	21	1.986.373	1.503.763
Custo dos serviços prestados	22	-821.696	-774.326
Lucro bruto		1.164.677	729.437
Receitas (despesas) operacionais		-105.911	-85.856
Gerais e administrativas	23(a)	-63.671	-49.030
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23(b)	-42.232	-36.947
Ganhos (perdas) líquidas sobre ativos financeiros e de contratos	7 e 23(b)	-8	121
Lucro operacional antes do resultado financeiro		1.058.766	643.581
Resultado financeiro	24	-27.629	-37.611
Receitas financeiras		53.953	39.964
Despesas financeiras		-82.235	-82.269
Receitas (despesas) com variação monetária e cambial		653	4.694
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.031.137	605.970
Imposto de renda e contribuição social	25	-151.473	-94.327
Tributos correntes		-341.283	-191.470
Tributos diferidos		-6.193	-13.305
Incentivos fiscais		196.003	110.448
Lucro líquido do exercício		879.664	511.643
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ações - R\$	20(b)	0,48	0,28

Ferrovias Norte Sul S/A

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais (Nota 20(c))	Lucros acumulados	
Em 31 de dezembro de 2021	1.859.134	92.581	460.000	358.082	-	2.769.797
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	511.643	511.643
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	511.643	511.643
Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas						
Constituições de reservas		25.582	281.710	110.448	417.740	-
Dividendos mínimos propostos (Nota 18)	-	-	-	-	93.903	93.903
Dividendos adicionais (Nota 18)	-	-	148.874	-	-	148.874
Em 31 de dezembro de 2022	1.859.134	118.163	592.836	468.530	-	3.038.663
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	879.664	879.664
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	879.664	879.664
Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas						
Constituições de reservas	-	43.983	482.571	193.190	719.744	-
Dividendos mínimos propostos (Nota 18)	-	-	-	-	159.920	159.920
Dividendos propostos (Nota 18)	-	-	592.834	-	-	592.834

Em 31 de dezembro de 2023

1.859.134	162.146	482.573	661.720	-	3.165.573
-----------	---------	---------	---------	---	-----------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ferrovias Norte Sul S/A - Demonstração dos fluxos de caixa

	Notas	31/12/2022	
		31/12/2023	(Reapresentado- Nota 5)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		879.664	511.643
Ajustes de			
Depreciação e amortização	22	236.172	207.959
Provisão (reversão) para desvalorização de estoques	23(b)	-294	197
Provisão de baixa de ativos	2 e 23(b)	7.024	1.612
Perdas de recebíveis	23(b)	53	808
Reversões para perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber	7 e 23(b)	8	-121
Provisões para processos judiciais, líquidas (Ganhos) com variação monetária e cambial, líquidas	, 23(b) e 24	6.302	2.256
Ajuste a valor presente	24	-447	113
Ganho na alienação de ativo imobilizado	23(b)	-1.491	6.623
Despesas com benefícios a empregados	-	-	-27
Receitas diferidas		-69	-48
Tributos diferidos sobre o lucro	25(a)	6.193	13.305
Encargos de fianças	24	1.019	896
Despesas financeiras - juros sobre financiamentos e debêntures	24	64.160	62.782
Amortização de custos de transação sobre financiamentos e debentures	24	472	432
Despesas financeiras - arrendamentos	24	9.295	9.496
		1.207.408	813.232
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		33.103	-42.355
Estoques		-42.484	11.763
Tributos a recuperar		-22.128	11.352
Despesas pagas antecipadamente		-3.458	259
Depósitos judiciais		-719	399
Demais ativos		-15.213	-17.521
Fornecedores	4(v)	12.336	45.237
Contas a pagar		153	5.879
Tributos a recolher		-1.164	758
Tributos a recolher sobre o lucro		87.927	19.686
Obrigações sociais e trabalhistas		3.343	366
Benefícios a empregados		-	-1.397
Pagamentos de processos judiciais	11	-986	-1.527
Demais passivos		2.080	6.658
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.260.198	852.789
Imposto de renda e contribuição social pagos		-78.239	-10.135
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.181.959	842.654

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível	23(b)	1.630	294
Aquisição de imobilizado e intangível	v), 12 e :	-510.736	-268.380

Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento **-509.106** **-268.086**

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Captação de financiamentos e debêntures, líquidas dos custos de transação	15	-136	-104
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	15	-5.532 -	
Pagamento de juros de financiamentos e debêntures	15	-64.816	-61.855
Pagamentos de obrigações de arrendamento	19	-16.613	-48.527
Dividendos pagos	18	-686.737	-423.731
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento		-773.834	-534.217

Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa **-100.981** **40.351**

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	373.592	333.241
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	272.611	373.592

As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 4(v).

Ferrovias Norte Sul S/A
Demonstração do valor adicionado

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas		
Vendas brutas de serviços (Nota 21)	2.040.771	1.560.721
Outras receitas	148.607	62.221
Perdas por redução ao valor recuperável – reversão / constituição (Notas 7 e 23(b))	-8	121
	<u>2.189.370</u>	<u>1.623.063</u>
Menos: Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	-476.421	-318.566
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-305.744	-352.584
Provisão para processos judiciais, líquida de reversões	-1.704	461
Outros	-22.140	-13.106
	<u>-806.009</u>	<u>-683.795</u>
Valor adicionado bruto	<u>1.383.361</u>	<u>939.268</u>
Depreciação e amortização	-236.172	-207.959
Valor adicionado líquido produzido	<u>1.147.189</u>	<u>731.309</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras e variações cambiais	43.941	61.713
	<u>43.941</u>	<u>61.713</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>1.191.130</u>	<u>793.022</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	90.331	81.583
Remuneração direta	53.931	49.531
Benefícios	22.277	20.091
FGTS	3.759	3.551
Outros	10.364	8.410
Impostos, taxas e contribuições	152.563	103.931
Federais	162.254	104.374
Estaduais	-10.151	-561
Municipais	460	118
Remuneração de capitais de terceiros	68.572	95.865
Remuneração de capital próprio	879.664	511.643
Valor adicionado distribuído	<u>1.191.130</u>	<u>793.022</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 - Contexto operacional

A Ferrovia Norte Sul S.A. ("FNS" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, com capital aberto, mas sem negociações de ações, constituída em Assembleia Geral realizada em 7 de dezembro de 2007. Foi registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA em 14 de dezembro de 2007, regida por Estatuto Social, pela Lei das Sociedades por Ações, pela Lei de Concessões e Permissões de Serviços Públicos e demais leis e regulamentos aplicáveis. A Companhia tem sede na cidade de São Luís (MA) e prazo indeterminado de duração, que não pode ser inferior ao prazo de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Subconcessão de 30 anos, renovável por mais 30 anos, a critério das partes. O endereço de sua sede é Avenida dos Portugueses, s/n, Prédio Diln, 1º andar, Sala 01, no município de São Luís, Maranhão.

O controlador final da Companhia é a VLI S.A.

A Companhia detém a concessão de serviços de transporte ferroviário de cargas, cuja abrangência e término estão descritos a seguir:

Concessão	Área de abrangência	Término da Concessão
Malha Norte Sul	Trechos entre Açailândia - MA e Palmas - TO	Dezembro de 2037

A Companhia tem como objeto social realizar a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão. Este contrato foi celebrado entre a Companhia e a Valec - Engenharia Construções e Ferrovias S.A ("Valec"), sociedade por ações controlada pela União Federal e supervisionada pelo Ministério dos Transportes, para operar o trecho de 720 quilômetros de extensão entre Açailândia (MA) e Palmas (TO). O trecho objeto da subconcessão tem as seguintes características básicas:

- (i) 225 km entre Açailândia (MA) e Aguiarnópolis (TO), construído com recursos do Governo Federal.
- (ii) 133,5 km entre Aguiarnópolis (TO) e Araguaiana (TO), construído com recursos do Governo Federal.
- (iii) 213,2 km entre Araguaiana (TO) e Guaraí (TO), construídos com recursos provenientes do Contrato de Subconcessão e do Governo Federal, entregue pela Valec em maio de 2009.
- (iv) 148,3 km entre Guaraí (TO) e Palmas (TO), construídos com recursos provenientes do Contrato de Subconcessão e do Governo Federal. A entrega desse trecho pela Valec ocorreu em dezembro de 2010. A Companhia realizou o pagamento de 80% da terceira e última parcela do contrato, e condicionou a liberação dos 20% restante à correção das pendências existentes na ferrovia (Notas 7 e 19).

Todos os trechos encontram-se em operação.

2 - Base de preparação e principais políticas contábeis

(a) Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normais internacionais de relatórios financeiros ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 7 de março de 2024. Desta forma, estas demonstrações financeiras consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre as mesmas até a referida data.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

(c) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

Alterações à IFRS 10 / CPC 36 (R3)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto
Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante
Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1)	Passivo Não Circulante com <i>Covenants</i>
Alterações à IAS 7 / CPC 03 (R2) e à IFRS 7 / CPC 40 (R1)	Acordos de Financiamento de Fornecedores
Alterações à IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Passivo de arrendamento em uma transação de " <i>Sale and Leaseback</i> "

Os diretores não esperam que a adoção das normas listadas abaixo tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

Alterações à IFRS 10 / CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e à IAS 28 / CPC 18 (R2) - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto

As alterações à IFRS 10 / CPC 36 (R3) e à IAS 28 / CPC 18 (R2) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou *joint venture* contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou *joint venture*. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou *joint venture* contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou *joint venture*.

A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações. Os diretores da Companhia esperam que a adoção dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo VLI no futuro caso transações dessa natureza ocorram.

Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

As alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) publicadas em janeiro de 2020 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. O IASB alinhou a data de vigência com as alterações de 2022 à IAS 1 / CPC 26 (R1). Se uma entidade aplica as alterações de 2020 para um período anterior, ela deve também aplicar antecipadamente as alterações de 2022.

Os diretores da controladora não esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo no futuro.

Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com *Covenants*

As alterações indicam que apenas *covenants* que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses *covenants* afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do *covenant* é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um *covenant* com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um *covenant* após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de *covenants* pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permite aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os *covenants* (incluindo a natureza dos *covenants* e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os *covenants*.

As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se uma entidade aplica as alterações para um período anterior, ela deve também aplicar antecipadamente as alterações de 2020.

Alterações a IAS 7 / CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações—Acordos de Financiamento de Fornecedores

As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 / CPC 03 (R2) afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 / CPC 40 (R1) foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez.

O termo 'acordos de financiamento de fornecedores' não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações.

Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Os termos e as condições dos acordos;
- O valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos;
- O valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento;
- As faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores;
- Informações sobre o risco de liquidez.

As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada.

No Grupo VLI, as relações de contas a pagar (risco sacado) são passivas, sendo a relação administrada na sua totalidade entre as instituições financeiras e os fornecedores do Grupo, inexistindo repasse de custeio ao Grupo VLI. As relações já são divulgadas consistentemente e segregadamente na Nota 14, assim como as faixas de datas de vencimento. A Administração não vislumbra impactos adicionais às divulgações já existentes.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. No entanto, no contexto fiscal brasileiro, a reforma tributária do consumo foi aprovada pelo Congresso brasileiro em 21 de dezembro de 2023, através da Emenda à Constituição 132. A reforma substitui ao longo do tempo os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS pelos tributos Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”) e Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”). Tendo em vista que algumas definições ainda dependem de regulamentação por normas infraconstitucionais, os impactos ainda não podem ser estimados.

(d) Mudança nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas pela Companhia

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

IFRS 17 / CPC 50 Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)

O IFRS 17 / CPC 50 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro.

A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices.

O Grupo VLI não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o IFRS 17 / CPC 50.

Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo VLI adotou as alterações à IAS 1 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo “principais políticas contábeis” por “informações materiais da política contábil”. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só.

O IASB preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do “processo de materialidade em quatro passos” descrito na Declaração de Prática 2.

Alterações à IAS 12 / CPC 32 Tributos sobre o Lucro — Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação

O Grupo VLI adotou as alterações à IAS 12 / CPC 32 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável.

Após as alterações à IAS 12 / CPC 32, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12 / CPC 32.

Alterações à IAS 8 / CPC 23- Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros — Definição de Estimativas Contábeis

O Grupo VLI adotou as alterações à IAS 8 / CPC 23 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.

3 - Estimativas, premissas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para processos judiciais prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e realização de impostos diferidos ativos e realização de impostos diferidos ativos e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(a) Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

(i) Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

(ii) Provisão para processos judiciais

A Companhia constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.

(iii) Benefícios de planos de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de desconto de títulos públicos (Notas do Tesouro Nacional), sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

(b) Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia

Subconcessão

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de subconcessão da malha ferroviária. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a IFRIC 12 / ICPC 01 não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do IAS 16 / CPC 27 - "Ativo Imobilizado", CPC 06 (R2) / IFRS 16 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e a Orientação OCPC 05 – "Contratos de Concessão".

O contrato de subconcessão será extinto por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer extinção da subconcessão, os principais efeitos seriam os seguintes:

- (i) Retornariam à União todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.

- (ii) Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis da Companhia, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito à avaliações técnica e financeira por parte da União. Toda e qualquer melhoria efetivada na superestrutura da via permanente não seria considerada investimento para fins dessa indenização.

A aplicação das orientações do ICPC 01 e da OCPC 05 requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- (i) Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão ou da subconcessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.
- (ii) Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("*price cap*") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "*price cap*" é raramente atingido.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

4 - Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados.

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As transações realizadas nas demonstrações financeiras de cada Companhia são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("moeda funcional").

A moeda funcional adotada pela Companhia e sua moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

(d) Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado) – VJR e VJORA
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Reconhecimento e desreconhecimento

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Esta escolha é feita investimento por investimento.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as duas categorias de mensuração a seguir:

- Custo amortizado.
- Valor justo por meio do resultado.

(e) Provisão para perdas de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, aos títulos registrados em contas a receber. A metodologia de redução do valor recuperável aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, recebíveis com partes relacionadas; e
- perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia optou por:

- (i) mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira e;
 - (ii) mensurar provisões para perdas de crédito esperada para 12 meses para os ativos com características específicas listados abaixo:
- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data de apresentação, dos quais se destacam recebíveis com natureza de “*Take or pay*”; e;

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) perda de crédito para vida inteira - *lifetime expected credit losses – lifetime - ECL*

Segregação da carteira de recebíveis por safras de produção de crédito semestrais
Segregação de títulos com natureza específica ou com partes relacionadas para evitar contaminação
Compilação de média linear de 3 safras
Aplicação do fator de PIB agropecuário como índice de sensibilização futura sobre os percentis de perda

(ii) perda de crédito esperada para 12 meses – *12 month expected credit losses – 12 month ECL*

Acompanhamento da evolução do risco de crédito dos créditos específicos por se tratar de títulos com natureza específica

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações históricas e futuras.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação de crédito” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

(f) Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas por redução ao valor recuperável (Nota 4(e)).

Os ajustes a valor presente são calculados com base na diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à uma taxa de juros efetiva.

(g) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido, que pode ser o valor de reposição e, quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da média ponderada móvel.

(h) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Locomotivas e vagões	18
Máquinas, equipamentos e instalações	21
Edifícios e benfeitorias	22
Via permanente	28

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas".

(i) Intangível

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente.

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Direitos adquiridos de comercialização de transporte ferroviário

Os direitos adquiridos são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e se dividem em:

- (i) Direitos de subconcessão - Refere-se ao valor pago e a pagar para operar os trechos de subconcessão para FNS, entre Açailândia no Estado do Maranhão, até Palmas no Estado de Tocantins. A amortização se inicia quando o ativo está pronto para uso, que é quando entra em operação, pelo período remanescente do contrato de subconcessão, até julho de 2037.

Amortização

A amortização é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Softwares, equipamentos e aplicativos de informática	5
Benfeitorias em bens arrendados	24
Direitos de concessão e subconcessão	8

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

(j) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. As revisões de redução do valor recuperável são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem uma possível redução do valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de redução do valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução do valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação da redução do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por redução do valor recuperável, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão da redução do valor recuperável na data do balanço.

(k) Fornecedores e contas a pagar (risco sacado)

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado (*reverse finance operation*) por uma instituição financeira. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seus fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina da Companhia. Nesta operação, a instituição financeira paga antecipadamente os fornecedores em troca de um desconto (custeado pelo próprio fornecedor) e, quando contratado entre banco e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), a Companhia paga à instituição financeira na data de pagamento original o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, esta operação não altera os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados) e não afeta a Companhia com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira, ao realizar uma análise criteriosa de fornecedores por categoria. Não há nenhuma garantia concedida pela Companhia. Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Companhia representam compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram seus fluxos de caixa. Dessa forma, a Companhia continua reconhecendo os fornecedores operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa.

(I) Arrendamentos

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber);
- pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia:

- sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, sem financiamento recente com terceiros; e
- faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, moeda e garantia, por exemplo.

As taxas de desconto utilizados pela Companhia em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 são:

	FNS
Vagões	de 8,85% a 8,90%
Locomotivas	1,16% a 8,13%
Terminais	de 10,83% a 10,94%

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis, os prazos dos contratos, conforme exigência do CPC 12 (33):

Prazos contratuais projetados pelo CDI futuro – BM&F – embasaram o cálculo das taxas incrementais em 1º de janeiro de 2019	Taxa
1 a 2 anos	7,81% a 8,58%
3 a 4 anos	9,24% a 9,76%
5 a 6 anos	10,10% a 10,38%
7 a 8 anos	10,60% a 10,74%
9 a 10 anos	10,83% a 10,92%
11 a 12 anos	11,00% a 11,06%

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos.

(m) Subconcessão

No Brasil os serviços de transporte ferroviário de cargas e passageiros estão sujeitos a uma variedade de leis e normas, provenientes principalmente do Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A regulação dos serviços de transporte ferroviário no Brasil trata das relações entre o governo, as Companhias ferroviárias, usuários/clientes. Os principais aspectos abordados pela regulação incluem segurança, responsabilidades e direitos dos usuários/clientes e operadores ferroviários.

O contrato de subconcessão tem como objeto a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão.

As condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ICPC 01 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, conforme estabelecido pela Orientação técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão, considerando que:

- (i) O poder concedente não define a quem os serviços devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias, conforme cláusula 7ª do contrato de concessão.

- (ii) O poder concedente não determina qual o preço deverá ser cobrado pelos serviços prestados. A base para precificação é o mercado, inclusive, são cobradas tarifas acessórias (transbordo, carga, descarga, armazenamento, etc.) para as quais não há qualquer mecanismo de controle e seu valor é negociado livremente.

(n) Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(o) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e desde que relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, são apresentados em separado, e não pelo líquido. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A FNS por ser uma atividade de infraestrutura que promove o desenvolvimento da região nordeste do Brasil, possui incentivos Fiscais da SUDENE e SUDAM que são contabilizados com base no IAS 20 / CPC 07. O Lucro da Exploração é um incentivo que reduz o IRPJ corrente em 75%. O incentivo contempla as atividades operacionais exercidas pela FNS no Maranhão e Tocantins.

O Reinvestimento é um incentivo fiscal concedido pela SUDENE que reduz em 30% o IRPJ devido. O valor obtido com este incentivo deve ser revertido em projetos de modernização ou aquisição de equipamento novos.

(p) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora do Plano Vale Mais e Valia Prev que está estruturado na modalidade de contribuição variável, onde na fase de acumulação de recursos não existe passivo atuarial uma vez que os compromissos estão limitados ao saldo de contas formados pelas contribuições efetuadas pelos participantes e pela patrocinadora. Na fase de concessão do benefício o saldo de contas é transformado em uma renda mensal vitalícia, determinada por um fator atuarial que leva em consideração a expectativa de vida do participante e de seu beneficiário, e uma taxa real anual de juros, sendo, nesta fase, avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, para cálculo do passivo atuarial, o valor presente da obrigação de benefício são calculados nos moldes do CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados cuja metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. As diretrizes da participação nos resultados são determinadas pela administração da Companhia. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

Incentivos de longo prazo

O programa de Incentivo de longo prazo oferecido pelas Companhias FNS, FCA, VLI, Ultrafértil e VLI Multimodal S.A. (em conjunto, “Grupo VLI” ou “Grupo”) (*Matching*) está descrito na Nota 27. O referido incentivo classifica-se como “outros benefícios de longo prazo” pelo CPC 33 (R1) / IAS 19 - Benefícios a Empregados e tem seus efeitos reconhecidos diretamente na demonstração do resultado, respeitando-se o princípio da competência e as melhores estimativas da UVV (“unidades de valor virtual”) a cada data-base de reporte.

(q) Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias não resgatáveis e sem valor nominal.

(r) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de transportes ferroviário no curso normal das atividades da Companhia e de receitas acessórias ligadas às atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções e descontos.

O reconhecimento das receitas obedece:

- (i) a identificação de um contrato com cliente;
- (ii) a identificação das obrigações de desempenho;
- (iii) a avaliação das eventuais contraprestações variáveis;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iv) a alocação do preço à respectiva obrigação de desempenho;
- (v) o reconhecimento da receita a medida ou no momento em que a obrigação de desempenho é cumprida, sendo que a Companhia reconhece a receita de prestação de serviços de transportes de carga ferroviários a medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo.

Receitas de serviços

A Companhia presta serviços de transportes de carga ferroviários. As vendas são reconhecidas a medida em que os serviços são prestados, ou seja, ao longo da execução dos mesmos e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita, muito embora o faturamento efetivo possa se dar em momento distinto e em linha com as exigências contratuais e legislatórias impostas pelos órgãos reguladores.

A Companhia avalia o período de reconhecimento das receitas de forma tempestiva, efetuando ajustes contábeis para melhor aproximar o cumprimento das obrigações de desempenho que se dão ao longo do tempo versus os eventuais registros por faturamento, conforme exigências contratuais ou dos órgãos reguladores.

Receitas de indenizações, multas ou *take-or-pay* (“TOP”)

A Companhia também opera com contratos do tipo *take-or-pay*, em que seus clientes têm a obrigação de adquirirem a prestação de serviços pré-acordadas ou ficam sujeitas a multas pelo seu não cumprimento.

Os volumes de TOP são apurados tempestivamente e individualmente por cada contrato, sendo seu reconhecimento se dando somente com:

- (i) lastro contratual;
- (ii) apuração efetiva das diferenças de volume dos serviços prestados versus contratados;
- (iii) mensuração acurada das tarifas;
- (iv) aceite do cliente quanto as diferenças.

Desta forma, as receitas de TOP se dão ao longo do tempo, sendo faturadas observando as disposições contratuais de cada cliente.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que: (i) quando a Companhia cumpre com as obrigações de desempenho; (ii) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e (iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

A Companhia reconhece a receita de prestação de serviços de transportes de carga ferroviários a medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo prazo de competência, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Receitas diferidas

As receitas antecipadas são registradas no passivo quando há recebimentos antecipados para prestação de serviços futuros. As receitas antecipadas serão reconhecidas no resultado quando decorrido o prazo de competência ou da prestação de serviços futuros.

(s) Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, restringidos os efeitos apurados ao resultado e referentes aos incentivos fiscais do exercício e até que esta reserva atinja 20% do capital social.

(t) Apresentação de informações por segmentos

Conforme descrito na Nota 26, A Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

(u) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia divulga sua demonstração do valor adicionado (“DVA”), de acordo com a NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado, que é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto, para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de demonstrações financeiras.

(v) Fluxo de caixa

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto.

As transações que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão representadas pelas:

- (i) correções monetárias no direito de uso e obrigações de arrendamento e que derivam do CPC 06 / IFRS 16 no montante de R\$ 5.416 (Notas 12 e 19);
- (ii) liquidação do saldo remanescente de e material rodante adquirido da controladora em 2022 e no montante de R\$ 238.890 (Nota 8);
- (iii) aquisição de materiais rodantes no montante de R\$ 119.512 e cujo montante de R\$ 96.513 será pago no 1º trimestre de 2024;
- (iv) provisionamento dos dividendos a pagar no valor de R\$ 159.920, referentes ao resultado do exercício de 2023 (Nota 18);
- (v) provisão para baixa de ativos de imobilizado no montante de R\$ 7.024, e provisão de estoques para imobilizado e intangível nos montantes respectivos de R\$ 84 e R\$ 234 (Nota 23(b), 12 e 13);
- (vi) deliberação de dividendos adicionais no montante de R\$ 592.834 (Nota 18).

As transações que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão representadas pelas:

- (i) correções monetárias no direito de uso e obrigações de arrendamento e que derivam do CPC 06 / IFRS 16 no montante de R\$ 15.469 (Notas 12 e 19);
- (ii) aquisição de material rodante da controladora e no montante de R\$ 338.890, tendo sido R\$ 100.000 já pagos em 2022 (Nota 8);
- (iii) provisionamento dos dividendos a pagar no valor de R\$ 93.903, referentes ao resultado do exercício de 2022 (Nota 18);
- (iv) provisão para baixa de ativos e provisão de estoques para intangíveis nos respectivos montantes de R\$ 1.612 e R\$ 2 (Nota 23(b) e 13);

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue abaixo as informações alteradas pela Administração na demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2022		
	Original	Reclassificação	Reapresentado
Estoques	(3.086)	14.849	11.763
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	827.805	14.849	842.654
Aquisição de imobilizado e intangível	(253.531)	(14.849)	(268.380)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(253.237)	(14.849)	(268.086)
Caixa líquido (aplicado nas) das atividades de financiamento	(534.217)	-	(534.217)
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	40.351	-	40.351
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	333.241	-	333.241
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	373.592	-	373.592

6 - Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	3.720	3.934
Aplicações financeiras (i)	268.891	369.658
	272.611	373.592

(i) Aplicações em operações compromissadas e em certificados de depósitos bancários de curto prazo indexados ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), efetuados através de fundo de investimento restrito do Grupo VLI R\$ 24.227 (2022 - R\$ 99.282), bem como de forma própria (R\$ 244.664 (2022 - R\$ 270.376)), com remuneração média de 103,08% (2022 - 103,04%) e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, com insignificante risco de mudança de valor.

7 - Contas a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Contas a receber de terceiros	27.998	32.038
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 8)	115	25.455
Menos: Provisão para perda de crédito esperada	(8)	-
Contas a receber de clientes, líquidas	28.105	57.493
Não circulante		
Contas a receber - Valec (i)	408.585	418.970
Contas a receber de terceiros	3.982	7.333
	412.567	426.303
	440.672	483.796

(i) Saldo referente a:

(a) Multa contratual pelo atraso e condições de entrega dos trechos ferroviários, objetos do contrato de subconcessão celebrado entre a FNS e a Engenharia Construções e Ferrovias S.A. ("Valec") no montante de R\$ 285.332 (2022 - R\$ 295.742). Os valores contabilizados, já reconhecidos pela Valec, encontram-se integralmente classificados no ativo não circulante, em decorrência de não estar determinado o fluxo de recebimento e são corrigidos anualmente pelo IGP-DI, conforme contrato.

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Termo de Compromisso (“TC”) celebrado entre a FNS, o IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”) e a Valec no montante de R\$ 123.253 (2022 - R\$ 123.228). Este termo de compromisso obriga a Companhia a apresentar o levantamento atualizado dos passivos ambientais, existentes nos trechos em operação da ferrovia, e a apresentar plano de trabalho, perante o IBAMA, em conjunto com a Valec e a Vale, para a solução das pendências relativas às licenças ambientais e as intervenções decorrentes de passivos ambientais. Os ativos advindos das regularizações perante ao IBAMA são de posse e propriedade da FNS.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 dezembro de 2022, o Grupo possui passivos com a Valec nos montantes de R\$ 292.494 e R\$ 303.166, respectivamente (Nota 19). Os ativos supracitados não possuem valores em provisão para perda, uma vez que há montantes retidos para pagamento relevantes; há acordos firmados entre as partes que sustentam os ativos; o devedor de última instância é a União.

A movimentação das perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber seguem:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Método simplificado		
Saldo no início do exercício	-	(121)
(+) Aumento	(72)	(322)
(-) Redução	64	443
Saldo ao final do exercício	<u>(8)</u>	<u>-</u>
Variação resultado	8	121

As análises de vencimentos estão apresentadas a seguir, estando sujeito ao provisionamento para perdas de crédito conforme política interna da Companhia:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
A vencer	439.457	483.074
Vencidos até 3 meses	737	794
Vencidos de 3 a 6 meses	-	174
Vencidos acima 6 meses	486	(246)
Contas a receber de clientes	<u>440.680</u>	<u>483.796</u>

8 - Partes relacionadas

Balço patrimonial	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo circulante		
Contas a receber (i) (Nota 7)		
Entidades sob o controle da Controladora	115	35
Outras	-	25.420
	<u>115</u>	<u>25.455</u>
Passivo circulante		
Fornecedores (ii) (Nota 14)		
Controladora (VLI Multimodal S.A.) (iv)	3.424	241.529
Controladora final (VLI S.A.)	970	932
Entidades sob o controle da Controladora	2.032	1.793
Outras	9.532	2.515
	<u>15.958</u>	<u>246.769</u>
Obrigações por arrendamento (iii)		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	2.885	-
Outras	23	3.636
	<u>2.908</u>	<u>3.636</u>

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Balço patrimonial		
Passivo não circulante		
Obrigações por arrendamento (iii)		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	98.983	99.156
Outras	175	200
	<u>99.158</u>	<u>99.356</u>
Demonstração do resultado		
Custos e despesas		
Custo com direito de passagem (vi)		
Outras	(116.569)	(125.796)
	<u>(116.569)</u>	<u>(125.796)</u>
Custo dos serviços		
Entidades sob o controle da Controladora	(10.716)	(2.047)
Outras	(7.382)	(5.909)
	<u>(18.098)</u>	<u>(7.956)</u>
Custos Compartilhados		
Entidades sob o controle da Controladora	(6.931)	(17.037)
	<u>(6.931)</u>	<u>(17.037)</u>
Previdência complementar		
Outras	(667)	(624)
	<u>(667)</u>	<u>(624)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais (vii)		
Controladora final (VLI S.A.)	(10.494)	(11.095)
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	(46.550)	(34.115)
Outras	(600)	(1.457)
	<u>(57.644)</u>	<u>(46.667)</u>

- (i) Os créditos com empresas ligadas no ativo circulante representam os valores que a FNS tem a receber pela venda de seus serviços.
- (ii) O saldo a pagar no passivo circulante é referente a compra de serviços, materiais, compartilhamento de gastos e/ou itens para o ativo imobilizado.
- (iii) Referem-se as obrigações de arrendamento de locomotivas e terminais perante a VLI Multimodal S.A. e vagões perante a Mitsui Rail Capital (“MRC”) (empresa do Grupo Mitsui e acionista indireto de FNS). Com base no CPC 06 (R2) / IFRS 16, os efeitos de contabilização no resultado são registrados como depreciação (Nota 22) e despesas financeiras (Nota 24).
- (iv) Substancialmente representado pela venda de material rodante realizada em dezembro de 2022 da VMM para a FNS, no montante de R\$ 338.890, embasado em valor justo de mercado, tendo sido toda a posição de R\$ 338.890 já liquidada entre 2022 e 2023.
- (v) As receitas com partes relacionadas representam a prestação de serviços de fretes, venda de direitos de opção de capacidade, aluguel de locomotivas e venda de outros materiais.
- (vi) Os custos com direito de passagem com a Vale representam os valores gastos com a utilização da via ferroviária da Estrada de Ferro Carajás – EFC.
- (vii) Saldos referem-se substancialmente a despesas com compartilhamento de gastos, representando os gastos com serviços prestados envolvendo os processos transacionais de suprimentos, financeiro, recursos humanos, TI, jurídico e outros.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas com compartilhamento de gastos (Nota 23(a))		
Controladora final (VLI S.A.)	(10.494)	(11.095)
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	(46.550)	(34.115)
	<u>(57.044)</u>	<u>(45.210)</u>

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8.1 – Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pela VLI S.A. (Controlador final da Companhia), com o respectivo reembolso no Grupo (Companhias FNS, FCA, VLI, Ultrafertil e VLI Multimodal S.A., em conjunto, “Grupo VLI” ou “Grupo”) via contrato de compartilhamento de despesas (Nota 23(a)).

9 - Estoques

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado – Nota 5)	01/01/2022 (Reapresentado – Nota 5)
Estoques para manutenção de equipamentos e instalações	9.558	6.121	6.121
Combustíveis, lubrificantes e gases	1.102	3.478	1.535
Materiais de consumo de oficina e manutenção	1.337	655	538
Materiais elétricos e eletrônicos	695	126	72
Estoque em trânsito	41.323	3.633	645
Outros materiais	4.898	1.804	2.656
	58.913	15.817	11.567

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, contempla R\$ 471 de provisões para desvalorização de estoques (2022 – R\$ 1.083).

10 - Tributos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
ICMS a recuperar	5.584	-
PIS e COFINS a compensar	5.581	15.516
Tributos a recuperar	1.060	9.366
Outros	11	-
	12.236	24.882
Não Circulante		
ICMS a recuperar	77.988	61.226
PIS e COFINS a compensar	47.326	27.445
ISS	12	346
	125.326	89.017
	137.562	113.899

11 - Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários, ambientais e previdenciárias em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A natureza das obrigações está descrita na Nota 11.1, sendo eventuais valores de reembolso e o momento das suas realizações incertos.

Saldos dos depósitos e processos judiciais:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Depósitos judiciais	Provisões para processos judiciais	Depósitos judiciais	Provisões para processos judiciais
Trabalhistas	128	1.485	45	947
Cíveis, ambientais e outros	741	2.116	22	556
Tributárias	2.371	39.166	2.174	35.948
	3.240	42.767	2.241	37.451

Movimentação das provisões para processos judiciais:

	31/12/2022	Adições/ (reversões)	Pagamento	Adições/ (reversões) juros e atualização monetária	31/12/2023
	Trabalhistas	947	611	(322)	249
Cíveis, ambientais e outros	556	1.865	(611)	306	2.116
Tributárias	35.948	32	(53)	3.239	39.166
	37.451	2.508	(986)	3.794	42.767

	31/12/2021	Adições/ (reversões)	Pagamento	Adições/ (reversões) juros e atualização monetária	31/12/2022
	Trabalhistas	3.325	(978)	(1.461)	61
Cíveis, ambientais e outros	216	306	(48)	82	556
Tributárias	33.181	173	(18)	2.612	35.948
	36.722	(499)	(1.527)	2.755	37.451

11.1 – Passivos contingentes

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes com prognóstico de perda possível no montante aproximado de R\$ 119.681 (2022 - R\$ 119.466), referente a causas de natureza trabalhista, cível e tributária.

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas (a)	2.015	2.412
Cíveis/regulatórios (b)	84.483	94.054
Tributárias (c)	26.122	12.644
Ambientais	7.061	10.356
	119.681	119.466

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) **Trabalhistas:** trata-se de reclamações trabalhistas promovidas por ex-empregados da FNS e ex-empregados de empresas terceirizadas, cujos pedidos mais recorrentes e relevantes referem-se ao pagamento por responsabilidade subsidiária no pagamento de verbas rescisórias e trabalhistas não quitadas por ex-fornecedores da companhia que hoje se encontram insolventes no mercado, bem como pedidos de horas extras; ausência de intervalo intrajornada; pagamento de adicional de insalubridade, pagamento de adicional de periculosidade.
- (b) **Cíveis:** trata-se de demandas contendo, principalmente, demandas discutindo questões indenizatórias, promovidas por empresas contratadas pela FNS que alegam prejuízos contratuais e desequilíbrio econômico-financeiro no contrato, ações anulatórias e ações de cobranças de estadia realizadas por caminhoneiros e transportadoras.

Regulatórios: trata-se de autos de infração da ANTT originários de alegação de descumprimento do contrato de subconcessão (Metas de Produção, Receitas Alternativas, Manutenção de ativos).

- (c) **Tributárias:** trata-se, principalmente, de cobrança de PIS/COFINS sobre receitas de tráfego mútuo e direito de passagem, glosa de créditos de ICMS e de auto de infração em processos de importação de locomotivas, cobranças de IPTU sobre imóveis objeto de arrendamento e autuações de ICMS relacionadas ao (i) descumprimento de obrigações acessórias, (ii) glosa de créditos, (iii) exigência do imposto sobre a transferência de bens para o mesmo titular e ausência de retorno de bens remetidos para reparo/conserto no prazo regulamentar.

Sumário das principais causas:

Natureza	Tipo de ação	Valor em risco possível	Breve descrição do processo
Regulatória	Processo administrativo	R\$18.213	Objeto: Metas de Produção FNS 2019. Processo administrativo de multa da ANTT, por não batimento das metas de produção de 2019. Andamento atual: Processo em fase de conhecimento, aguarda a decisão em 1ª instância judicial.
Regulatória	Processo administrativo	R\$18.208	Objeto: Metas de Produção FNS 2016. Processo administrativo de multa da ANTT, por não batimento das metas de produção de 2016. Andamento atual: Proferida sentença de improcedência dos pedidos. Apresentada apelação. Aguarda decisão de 2ª instância judicial.

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 – Imobilizado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos, e instalações e veículos (b)	Locomotivas e vagões (b)	Via permanente	Imobilizado em andamento (a) - Reapresentado (Nota 5)	Total
Valor de custo						
Saldo em 1º de janeiro de 2022	14.509	420.039	1.105.141	47.535	121.593	1.708.817
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Nota 19)	-	15.318	151	-	-	15.469
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Nota 19)	-	-	21.237	-	-	21.237
Adições	-	-	969	-	461.248	462.217
Baixas	-	(201)	(7.331)	-	-	(7.532)
Provisão para baixa de ativos (Nota 23(b))	-	-	(1.698)	-	-	(1.698)
Transferências (c)	5	9.358	379.592	18.674	(547.764)	(140.135)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14.514	444.514	1.498.061	66.209	35.077	2.058.375
Valor de depreciação						
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(3.776)	(80.991)	(149.728)	(17.404)	1	(251.898)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(5.393)	(5.145)	-	-	(10.538)
Adições	(608)	(21.217)	(43.865)	(5.407)	-	(71.097)
Baixas	-	185	430	-	-	615
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(4.384)	(107.416)	(198.308)	(22.811)	1	(332.918)
Valor de custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14.514	444.514	1.498.061	66.209	35.077	2.058.375
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Nota 19)	-	5.405	11	-	-	5.416
Adições	-	-	1.618	-	337.764	339.382
Baixas (Nota 23(b))	-	-	(320)	-	-	(320)
Provisão para baixa de ativos (Nota 23(b))	-	-	(7.024)	-	(84)	(7.108)
Transferências (c)	35	4.241	50.928	173	(151.202)	(95.825)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	14.549	454.160	1.543.274	66.382	221.555	2.299.920
Valor de depreciação						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(4.384)	(107.416)	(198.308)	(22.811)	1	(332.918)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	(610)	(5.752)	(3.815)	-	-	(9.567)
Baixas (Nota 23(b))	-	(20.832)	(60.933)	(3.903)	-	(86.278)
Transferências (c)	-	-	181	-	-	181
	-	-	2.060	-	-	2.060
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(4.994)	(134.000)	(260.815)	(26.714)	1	(426.522)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2022	10.733	339.048	955.413	30.131	121.594	1.456.919
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2022	10.130	337.098	1.299.753	43.398	35.078	1.725.457
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2023	9.555	320.160	1.282.459	39.668	221.556	1.873.398

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia não concedeu bens em penhora como garantia do juízo, em atendimento às suas execuções judiciais.

- (a) O imobilizado em andamento está substancialmente localizado no corredor Centro-Norte, sendo representado pela construção de oficinas e postos de abastecimento e pelas obras nos postos, oficinas e pátios. Também inclui R\$ 4.998 (2022 – R\$ 2.100) referentes a estoques de longo prazo e peças de reposição, apresentados no longo prazo conforme roga o IAS 1 / CPC 26 (R1).
- (b) Em 31 de dezembro de 2023, os direitos de uso de arrendamento registrados em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 e referentes a locomotivas, vagões e terminais montam respectivamente a R\$ 40.190, R\$ 26.549 e R\$ 81.005 (2022 - R\$ 41.730, R\$ 34.845 e R\$ 81.351, respectivamente).

As transferências são substancialmente originadas no momento da capitalização dos ativos, derivando de análises que visam respeitar a distinção entre ativos próprios e da concessão.

13 – Intangível

	Direitos de subconcessão (a)	Softwares	Benfeitorias em bens arrendados	Intangível em andamento (b) - Reapresentado (Nota 5)	Total
Valor de custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2022	1.776.431	403	858.600	52.791	2.688.225
Adição	-	-	-	28.837	28.837
Baixas	-	(62)	267	(2)	213
Transferências (c)	-	2.671	171.767	(34.303)	140.135
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.776.431	3.022	1.030.634	47.323	2.857.410
Valor de amortização					
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(755.736)	(265)	(216.961)	-	(972.962)
Adições	(64.127)	(478)	(62.756)	-	(127.361)
Baixas	-	52	(267)	-	(215)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(819.863)	(691)	(279.984)	-	(1.100.538)
Valor de custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.776.431	3.022	1.030.634	47.323	2.857.410
Adição	-	-	-	28.977	28.977
Provisão para baixa de estoques (Nota 23(b))	-	-	-	(234)	(234)
Transferências (c)	-	318	105.851	(12.404)	93.765
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.776.431	3.340	1.136.485	63.662	2.979.918
Valor de amortização					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(819.863)	(691)	(279.984)	-	(1.100.538)
Adições	(64.127)	(618)	(76.142)	-	(140.887)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(883.990)	(1.309)	(356.126)	-	(1.241.425)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2022	1.020.695	138	641.639	52.791	1.715.263
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2022	956.568	2.331	750.650	47.323	1.756.872
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2023	892.441	2.031	780.359	63.662	1.738.493

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) O direito de subconcessão está representado pelos valores estipulados através do edital de licitação, para operar os trechos descritos na Nota 1, acrescidos dos custos financeiros aplicados às parcelas a vencer. A amortização é realizada com base no período remanescente do contrato de subconcessão.

(b) O intangível em andamento está substancialmente representado pelas substituições em via permanente e a expansão de pátios e terminais. Também inclui R\$ 50.521 (2022 - R\$ 34.677) referentes a estoques de longo prazo e peças de reposição, apresentados no longo prazo conforme roga o IAS 1 / CPC 26 (R1).

(c) As transferências são substancialmente originadas no momento da capitalização dos ativos, derivando de análises que visam respeitar a distinção entre ativos próprios e da concessão.

14 - Fornecedores e contas a pagar (risco sacado)

O saldo de fornecedores e contas a pagar refere-se substancialmente a compra de serviços e combustíveis destinados a operação e manutenção da via permanente, bem como aquisição de material rodante com a VMM, controladora da FNS (Nota 8).

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores - terceiros (a)	207.399	105.720
Fornecedores - partes relacionadas (Nota 8)	15.958	246.769
Total de fornecedores	<u>223.357</u>	<u>352.489</u>
Contas a pagar (b)	7.208	7.055
Total de contas a pagar	<u>7.208</u>	<u>7.055</u>

(a) Vide abertura abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Mercado interno	207.382	105.579
Mercado externo	17	141
	<u>207.399</u>	<u>105.720</u>

(b) A Companhia possui convênios com instituições financeiras, que permitem que determinados fornecedores nacionais tenham a possibilidade de ceder recebíveis da Companhia junto as instituições financeiras. Esta faculdade é conferida aos fornecedores, inexistindo cobranças financeiras direcionadas a Companhia." Em 31 de dezembro de 2023, todos os saldos de R\$ 7.208 possuíam prazos de pagamentos de até 90 dias.

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 – Financiamentos e debêntures

	Encargos financeiros	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Cédula de crédito bancário	IPCA + 0,9581% a 1,1272%	6.788	5.396
NCE	CDI + 1,62%	1.923	2.171
Debêntures	CDI + 1,70%	2.518	3.212
Custo de transação		(490)	(449)
Total circulante		10.739	10.330
Não circulante			
Financiamento local	IPCA + 0,9581% a 1,1272%	74.129	80.767
NCE	CDI + 1,62%	87.000	87.000
Debêntures	CDI + 1,70%	325.000	325.000
Custo de transação		(1.082)	(1.459)
Total não circulante		485.047	491.308
		495.786	501.638

15.1 - Movimentação dos financiamentos e debêntures

	Adição			Amortização		
	31/12/2022	Juros apropriados	Custos de transação	Principal	Juros pagos	Custos de transação
Cédula de crédito bancário	86.163	4.732	-	(5.532)	(4.446)	-
NCE	89.171	12.500	-	-	(12.748)	-
Debêntures	328.212	46.928	-	-	(47.622)	-
Custos de transação	(1.908)	-	(136)	-	-	472
	501.638	64.160	(136)	(5.532)	(64.816)	472
						495.786

	Em 31 de dezembro de 2023		
	Nota de empréstimos	Demonstração dos fluxos de caixa	Diferença
Reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa			
Custos de transação expurgados da demonstração dos fluxos de caixa	(136)	(136)	-
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(64.816)	(64.816)	-
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(5.532)	(5.532)	-

	Adição			Amortização		31/12/2022
	31/12/2021	Juros apropriados	Custos de transação	Juros pagos	Custos de transação	
Cédula de crédito bancário	86.765	6.036	-	(6.638)	-	86.163
NCE	88.457	11.910	-	(11.196)	-	89.171
Debêntures	327.397	44.836	-	(44.021)	-	328.212
Custos de transação	(2.236)	-	(104)	-	432	(1.908)
	500.383	62.782	(104)	(61.855)	432	501.638

	Em 31 de dezembro de 2022		
	Nota de empréstimos	Demonstração dos fluxos de caixa	Diferença
Reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa			
Captção de financiamentos com instituições financeiras	-	(104)	-
Custos de transação expurgados da demonstração dos fluxos de caixa	(104)	-	-
Pagamento de juros de financiamentos e debêntures	(61.855)	(61.855)	-

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15.2 - Parcelas de longo prazo dos financiamentos e debêntures

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
De um a dois anos	6.300	6.363
De dois a três anos	453.547	6.363
De três a quatro anos	6.300	459.493
De quatro a cinco anos	6.300	6.363
Acima de cinco anos	12.600	12.726
	<u>485.047</u>	<u>491.308</u>

15.3 - Garantias

A Companhia concedeu garantias para parte de seus financiamentos, conforme indicado no quadro abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>Garantias</u>
Cédula de crédito bancário – ano 2021	<u>80.767</u>	Fiança bancária e alienação fiduciária de material rodante (i)
	<u>80.767</u>	

(i) Saldos das garantias de alienação fiduciária atreladas as captações, em 31 de dezembro de 2023.

As garantias cobrem a totalidade dos saldos remanescentes dos financiamentos listados acima.

15.4 - Covenants

A FNS possui contratos de dívidas com cláusulas não financeiras e os seguintes índices financeiros (“Covenants”), com obrigação de medição anual com base nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, cujas definições estão explícitas no instrumento contratual:

- Dívida Líquida / EBITDA (LAJIDA – Lucro antes do resultado financeiro, depreciação e amortização e outras despesas e receitas não operacionais).

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia atendeu a todos os *covenants* financeiros e não financeiros.

16 - Tributos a recolher e tributos a recolher sobre o lucro

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Tributos a recolher		
ICMS	59	78
Imposto de renda retido na fonte	701	1.807
PIS e COFINS	121	325
ISSQN	973	810
Outros	5	3
	<u>1.859</u>	<u>3.023</u>
Tributos a recolher sobre o lucro		
Imposto de renda e contribuição social	29.374	19.686
	<u>29.374</u>	<u>19.686</u>
	<u>31.233</u>	<u>22.709</u>

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 - Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Salários e encargos	4.368	3.821
Provisão para férias e 13º salário	5.472	5.489
Participação nos resultados	10.221	8.823
Benefícios trabalhistas	1	25
Outros	1.524	85
	<u>21.586</u>	<u>18.243</u>

18 - Dividendos a pagar

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, R\$ 159.920 foram constituídos conforme previsto no estatuto social da Companhia, que definiu uma remuneração mínima de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e reserva de incentivos fiscais. Os mesmos possuem previsão de pagamento ao longo de 2024.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, R\$ 93.903 foram constituídos conforme previsto no estatuto social da Companhia, que definiu uma remuneração mínima de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e reserva de incentivos fiscais. Os mesmos foram pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Os dividendos oriundos do exercício de 2021 foram pagos em setembro de 2022.

Dividendos adicionais no montante de R\$ 225.237 e referente a deliberação adicional de 2019 no montante de R\$ 325.237 foram liquidados ao longo do exercício de 2022.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram aprovados e pagos dividendos adicionais no montante de R\$ 148.874.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram aprovados e pagos dividendos adicionais no montante de R\$ 592.834.

19 – Arrendamentos e subconcessão

	<u>Saldo em 31/12/2022</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Juros apropriados</u>	<u>Atualizações monetárias</u>	<u>Outros</u>	<u>Saldo em 31/12/2023</u>
Subconcessão a pagar (a)	303.166	-	-	(10.672)	-	292.494
Vagões (b)	3.833	(3.804)	156	14	(36)	163
Terminais (b)	99.159	(12.809)	10.116	5.402	-	101.868
	<u>406.158</u>	<u>(16.613)</u>	<u>10.272</u>	<u>(5.256)</u>	<u>(36)</u>	<u>394.525</u>
Circulante	3.636					2.958
Não circulante	402.522					391.567

	<u>31/12/2021</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Juros apropriados</u>	<u>Atualizações monetárias</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2022</u>
Subconcessão a pagar (a)	286.141	-	-	17.025	-	303.166
Vagões (b)	13.156	(10.181)	707	151	-	3.833
Locomotivas (b)	4.885	(26.199)	41	-	21.273	-
Terminais (b)	86.140	(12.147)	9.848	15.318	-	99.159
	<u>390.322</u>	<u>(48.527)</u>	<u>10.596</u>	<u>32.494</u>	<u>21.273</u>	<u>406.158</u>
Circulante	14.231					3.636
Não circulante	376.091					402.522

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) A Companhia celebrou, em 20 de dezembro de 2007, com a Valec, contrato de subconcessão com arrendamento para exploração do transporte ferroviário de carga no trecho entre Açailândia - MA e Palmas - TO. De acordo com este contrato, o pagamento da subconcessão ocorreria em três etapas, sendo a primeira equivalente a 50% do valor da subconcessão, liquidada após a assinatura do contrato. A segunda parcela de 25% foi paga em 4 de maio de 2009. A terceira parcela do pagamento prevista para dezembro de 2009 foi inicialmente postergada para abril de 2010, condicionada ao recebimento do trecho final da ferrovia a ser disponibilizado pelo governo federal, atualizada pela variação do IGP-DI acrescido de 12% ao ano, aplicados até abril de 2010. Em dezembro de 2010, com assinatura do segundo termo aditivo ao contrato da subconcessão, foi liquidado 80% do valor da terceira parcela e condicionada a liberação dos 20% restantes à correção das pendências existentes na ferrovia. O valor atualizado pelo IGP-DI dessa parcela de 20% em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 292.494 (2022 - R\$ 303.166).

Em 8 de março de 2013, a Companhia celebrou com a Valec “Termo de Certificação de Reconhecimento Amigável de Obrigações” do contrato assinado em 20 de dezembro de 2007, onde a Valec se compromete a autorizar a compensação do valor devido pela Companhia com a realização de obras suspensas e regularização de passivos ambientais que outrora eram de sua responsabilidade e ficaram pendentes quando da entrega dos trechos que compõe a FNS. Entretanto, a compensação poderá ser realizada apenas caso haja autorização prévia dos órgãos competentes.

Na mesma data, a Companhia celebrou junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Valec e a Vale, um Termo de Compromisso, no qual a Companhia se obriga a apresentar levantamento atualizado dos passivos ambientais existentes nos trechos em operação da ferrovia e a apresentar plano de trabalho perante o IBAMA, em conjunto com a Valec e a Vale para a solução das pendências relativas às licenças ambientais e as intervenções decorrentes de passivos ambientais.

- (b) Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, referem-se às obrigações por arrendamento de locomotivas, vagões e terminais, que foram registradas em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Abaixo segue a mensuração dos efeitos no resultado de contratos que não estão incluídos no passivo de arrendamento:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Arrendamentos de curto prazo	108	100
Pagamentos variáveis não reconhecidos nos arrendamentos	1.547	719
Ativos de baixo valor	562	531
Ativos nos quais não se qualifica controle	1.658	1.484
	<u>3.875</u>	<u>2.834</u>

19.1 – Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar

Segue quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamentos previstos para pagamento.

	<u>31/12/2023</u>	<u>Direito potencial</u>
	<u>Valor presente</u>	<u>Fluxo de caixa nominal</u>
Contraprestação de arrendamento	9.438	24.699

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2022</u>	<u>Direito potencial</u>
	<u>Valor presente</u>	<u>Fluxo de caixa nominal</u>
Contraprestação de arrendamento	9.527	25.807

19.2 - Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

Em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, na mensuração do passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica do fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada.

Em atendimento ao Ofício-circular 02/2019 da CVM e dada a realidade atual das taxas de juros no ambiente econômico brasileiro, o quadro a seguir apresenta os saldos comparativos entre as informações registradas em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 e os valores que se teriam registrados, caso fossem consideradas as inflações projetadas.

As variações discriminadas são fruto não somente da inserção nos fluxos de caixa dos efeitos de inflação previstos, bem como os efeitos de desconto dos fluxos de caixa pelas taxas incrementais.

	<u>Em 31 de dezembro de 2023</u>		
	<u>Saldo conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16</u>	<u>Saldo com projeção da inflação</u>	<u>Variação - %</u>
Passivo de arrendamento	102.031	130.257	27,7%
Direito de uso	147.744	146.887	-0,6%
Despesas financeiras (bruta)	(10.272)	(12.934)	25,9%
Depreciação (bruta)	(9.567)	(9.545)	-1,0%

	<u>Em 31 de dezembro de 2022</u>		
	<u>Saldo conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16</u>	<u>Saldo com projeção da inflação</u>	<u>Variação - %</u>
Passivo de arrendamento	102.988	135.868	31,9%
Direito de uso	157.926	163.375	3,5%
Despesas financeiras (bruta)	(10.596)	(13.766)	30,0%
Depreciação (bruta)	(10.538)	(11.336)	7,6%

20 - Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social da Companhia e de posse da VLI Multimodal S.A. em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, respectivamente, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.859.134 representado por 1.835.966.791 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(b) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no exercício. Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do lucro por ação.

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício (1.835.966.791 x 12/12)	879.664 <u>1.835.966.791</u>
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$	<u>0,48</u>
	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício (1.835.966.791x 12/12)	511.643 <u>1.835.966.791</u>
Lucro líquido do exercício básico e diluído ação - R\$	<u>0,28</u>

(c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de incentivos fiscais refere-se aos benefícios concedidos pelas Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE até dezembro de 2024 e de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM até dezembro de 2025. Vide Nota 25(c).

21 - Receita líquida dos serviços prestados

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita bruta		
Receita de transporte ferroviário e serviços acessórios	2.040.922	1.560.721
	<u>2.040.922</u>	<u>1.560.721</u>
Descontos		
Descontos concedidos	(151)	-
	<u>(151)</u>	<u>-</u>
Impostos sobre serviços		
ICMS	(30.323)	(31.414)
PIS	(4.282)	(4.556)
COFINS	(19.793)	(20.988)
	<u>(54.398)</u>	<u>(56.958)</u>
Receita líquida dos serviços prestados	<u>1.986.373</u>	<u>1.503.763</u>

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 - Custo dos serviços prestados

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pessoal	(97.847)	(88.292)
Material	(32.058)	(21.743)
Combustíveis	(154.721)	(200.629)
Serviços contratados	(59.854)	(46.917)
Partilha de frete	(219.008)	(188.592)
Depreciação e amortização (i)	(236.172)	(207.959)
Tributos e taxas	(1.117)	(993)
Aluguéis	(3.875)	(4.818)
Seguros	(6.171)	(5.590)
Utilities	(4.901)	(3.972)
Viagens	(5.712)	(4.658)
Outros	(260)	(163)
	<u>(821.696)</u>	<u>(774.326)</u>

(i) Contempla R\$ 9.640 (2022 – 10.538) referente a depreciação dos direitos de uso de arrendamento e que foram registrados em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, líquidos de R\$ 560 (2022 – R\$ 533) fruto da parcela do PIS e COFINS reconhecido no exercício e em linha com as instruções emanadas pela CVM através do Ofício-circular 02/2019.

23 - Receitas (despesas) operacionais

(a) Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aluguéis	(249)	(234)
Combustíveis	(18)	-
Compartilhamento de despesas (i) (Nota 8)	(57.044)	(45.210)
Pessoal	(1.423)	(1.565)
Material	(61)	(24)
Tributos e taxas	(152)	(85)
Serviços contratados	(981)	(809)
Viagens	(72)	(22)
Outras	(3.671)	(1.081)
	<u>(63.671)</u>	<u>(49.030)</u>

(i) Em 30 de dezembro 2011, considerando que a Companhia é controlada indireta da VLI S.A. foi celebrado entre as partes um acordo de cooperação para compartilhamento de custos para a realização de atividades administrativas nas áreas comercial, financeira e planejamento, administrativa, gestão integrada, jurídica, regulatório, comunicação e RH.

O critério para o compartilhamento de tais custos e despesas é determinado em virtude da especificidade de cada uma das áreas envolvidas, levando-se em consideração (i) a natureza e os custos das atividades desenvolvidas pelas áreas compartilhadas ou (ii) a proporção da Companhia no somatório das receitas entre ele e sua controladora. O prazo de vigência do referido acordo é até 2027.

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Outras receitas operacionais		
Venda de materiais	19.665	28.918
Recuperação de despesas	603	575
Receita com venda de ativos	1.630	294
Exploração da faixa de domínio	220	224
<i>Take or Pay (i)</i>	4.316	2.502
Indenizações de clientes	-	8.208
Reversão de provisão para desvalorização de estoque (Notas 9, 12 e 13)	294	-
Ganhos líquidos sobre ativos financeiros (Nota 7)	-	121
Reversão de provisão para processos judiciais (Nota 11)	-	499
Outras	383	271
	<u>27.111</u>	<u>41.612</u>
Outras despesas operacionais		
Tributárias	(3.979)	(6.112)
Custo com baixa de ativos (Nota 12)	(139)	(6.917)
Custo com venda de materiais	(3.487)	(5.608)
Pesquisa e desenvolvimento	(4.246)	(5.080)
Perda de recebíveis	(53)	(808)
Reversão de provisão para desvalorização de estoque (Notas 9 e 13)	-	(197)
<i>Take or Pay (i)</i>	(2.800)	(117)
Indenizações	(44.050)	(49.588)
Provisão para processos judiciais (Nota 11)	(2.508)	-
Provisão para baixa de ativos (Nota 12)	(7.024)	(1.612)
Perdas líquidas sobre ativos financeiros (Nota 7)	(8)	-
Outras	(1.057)	(2.399)
	<u>(69.351)</u>	<u>(78.438)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>(42.240)</u>	<u>(36.826)</u>

- (i) Conforme cláusulas de penalidades se ocorrer descumprimentos nos quantitativos de volumes, constantes do contrato de transporte ferroviário de cargas, as partes envolvidas estarão sujeitas ao pagamento de bônus e multas compensatórias (*Take or Pay*).

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 - Resultado financeiro

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	53.331	39.878
Juros, taxa e multas de mora	168	86
Instrumentos financeiros derivativos – NDFs realizadas	7	-
Ajuste a valor presente	447	-
	<u>53.953</u>	<u>39.964</u>
Despesas financeiras		
Despesas com seguro garantia	(123)	(94)
Despesas com IOF	(6)	(5)
Encargos com custo de transação de financiamentos e debêntures (Nota 15)	(64.160)	(62.782)
Encargos com custo de transação sobre financiamentos e debêntures (Nota 15)	(472)	(432)
Encargos por atraso	(176)	(2.016)
Despesas com PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(2.991)	(3.456)
Despesas com comissão e fiança	(1.009)	(896)
Juros, taxas e multas	(56)	(58)
Instrumentos financeiros derivativos – marcação a mercado de NDFs	-	(139)
Despesas financeiras – arrendamento (i)	(9.295)	(9.496)
Ajuste a valor presente – contas a pagar	-	(113)
Instrumentos financeiros derivativos – NDF realizadas	(153)	-
Juros sobre provisão risco e contingências judiciais (Nota 11)	(3.794)	(2.755)
Outras	-	(27)
	<u>(82.235)</u>	<u>(82.269)</u>
Receitas (despesas) com variação monetária e cambial	<u>653</u>	<u>4.694</u>
Resultado financeiro	<u>(27.629)</u>	<u>(37.611)</u>

- (i) Representado pelos efeitos do custo financeiro dos arrendamentos e que foram registrados em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, líquidos de R\$ 977 (2022 – R\$ 1.096) fruto da parcela do PIS e COFINS reconhecido no exercício e em linha com as instruções emanadas pela CVM.

25 - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia efetua o reconhecimento dos impostos diferidos sobre as diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, os prejuízos fiscais apurados e as bases de cálculo negativas de contribuição social sobre o lucro líquido, na medida em que forem consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros.

Composição dos tributos diferidos ativos:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Perdas por redução ao valor recuperável	2	-
Provisão para processos judiciais	14.522	12.714
Ajuste a valor presente	492	492
Participação nos resultados	3.475	3.000
Provisões	5.640	16.312
Outras	7.092	9.026
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	<u>43.829</u>	<u>28.938</u>

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia possui saldos de impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal (imposto de renda) e base de cálculo negativa (contribuição social). A Companhia possui expectativa de rentabilidade futura, com base em orçamento e plano de negócio aprovado pela Administração, de forma a substanciar a recuperabilidade deste ativo.

A expectativa de realização dos créditos relativos às adições temporárias, ocorrerá da seguinte forma:

Ano	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	1.180
2024	4.921	5.751
2025	7.904	2.751
2026	4.429	2.751
2027	4.429	2.751
2028 em diante	22.146	13.754
	43.829	28.938

Composição dos tributos diferidos passivos:

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social		
Arrendamentos CPC 06 (R2) / IFRS 16	(5.165)	(6.238)
Depreciação acelerada	(53.984)	(31.827)
Débitos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	(59.149)	(38.065)
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos, líquidos	(15.320)	(9.127)

A expectativa de realização dos débitos ocorrerá da seguinte forma:

Ano	31/12/2023	31/12/2022
2024	1.335	(775)
2025	1.317	(1.911)
2026	1.294	(1.866)
2027	1.220	(1.685)
2031 em diante	53.983	(31.828)
	59.149	(38.065)

Movimentação dos tributos diferidos:

	31/12/2021	Efeito no resultado	31/12/2022	Efeito no resultado	31/12/2023
Perdas por redução ao valor recuperável	41	(41)	-	2	2
Provisão para processos judiciais	12.467	247	12.714	1.808	14.522
Ajuste a valor presente	492	-	492	-	492
Arrendamentos CPC 06 (R2) / IFRS 16	(4.648)	(1.590)	(6.238)	1.073	(5.165)
Participação nos resultados	3.070	(70)	3.000	475	3.475
Depreciação acelerada	(15.914)	(15.913)	(31.827)	(22.157)	(53.984)
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido	3.454	(3.454)	-	-	-
Provisões	61	5.579	5.640	10.672	16.312
Outras	5.156	1.937	7.092	1.934	9.026
	4.179	(13.305)	(9.127)	(6.193)	(15.320)

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	1.031.137	605.970
Imposto de renda e contribuição social correntes - alíquota - 34%	(350.587)	(206.030)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
Lucro da exploração (SUDAM e SUDENE) e programa de alimentação do trabalhador (PAT), Lei Rouanet e outros	200.567	112.744
Despesas não dedutíveis	(1.228)	(330)
Outras	(225)	(711)
	<u>199.114</u>	<u>111.703</u>
Tributos sobre o lucro	(151.473)	(94.327)
Alíquota efetiva	(14,69%)	15,57%

(c) Incentivos fiscais - subvenção para investimentos

A Companhia é beneficiada por incentivos fiscais do imposto de renda sobre as receitas auferidas nos transportes ferroviários de carga geral efetuados a partir dos Estados do Maranhão e do Tocantins. Os Incentivos foram concedidos pelas Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE até dezembro de 2025 e de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM até dezembro de 2026 e consistem no direito à redução de 75% do Imposto sobre a Renda e adicionais não-reatribuíveis calculados sobre o lucro da exploração.

Os benefícios são registrados contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos acionistas para aprovação de sua destinação, não sendo permitida a distribuição dos lucros auferidos pelos incentivos fiscais

Abaixo a composição por unidades dos incentivos fiscais:

<u>Unidades FNS</u>	<u>Percentual</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
SUDAM (TO)	66,94%	131.204	68.122
SUDENE (MA)	33,06%	64.799	42.326
	100,00%	<u>196.003</u>	<u>110.448</u>

26 - Informações por segmento de negócios

As informações reportadas ao Conselho de Administração (principal tomador de decisões relevantes do Grupo) para alocar recursos e avaliar o desempenho dos segmentos se concentram nas estruturas das operações de concessões ferroviárias, concessão de portos e multimodalidade, sendo que a Companhia possui exposição somente ao segmento de concessão ferroviária.

27 - Benefícios a empregados

27.1 - Incentivos de longo prazo

Atualmente, a Companhia não conta com um plano de remuneração baseado em ações mas possui um programa de incentivo de longo prazo, *Matching*, que é baseado em “ação virtual” e tem o objetivo de alinhar os esforços dos executivos aos interesses dos acionistas e, ao mesmo tempo, servir como alavanca de retenção dos beneficiários. O programa *Matching* é destinado, exclusivamente, para posições estratégicas para o negócio (Presidente, Diretores, Gerentes Gerais, Gerentes de Área e Gerentes Técnicos). A duração do programa é de 3 (três) anos, sendo que o último ciclo iniciou em 1º de janeiro de 2023, podendo ser estendido por mais 3 (três) anos caso o executivo decida por aguardar pela valorização da “ação virtual” neste período.

O programa é facultativo e tem o propósito de incentivar o comprometimento dos executivos com a estratégia do Grupo VLI, alinhando os interesses e criando valor para o negócio. Em linhas gerais, o programa é baseado na aquisição de “ações virtuais” denominado de UVV (Unidade de Valor Virtual) a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

partir do investimento do executivo e da contrapartida (*matching*) que é efetuado pela Companhia no 3º ano, após o *vesting*, conforme critérios estabelecidos. O prêmio é resultante da valorização (*spread*) das “ações virtuais” adquiridas pelo participante, da contrapartida da Companhia e sua respectiva valorização (*spread*) sendo que o cálculo é efetuado com base no preço de concessão da “ação virtual” versus o preço no momento do resgate. A duração do ciclo é de 6 anos a partir da outorga que ocorre anualmente, sendo que o resgate é integral após o cumprimento do *vesting* de 3 anos e até o termo no 6º ano.

A implementação deste programa não obriga a Companhia a realizá-lo nos próximos anos ou em qualquer outro formato semelhante, ficando reservada ao Grupo a prerrogativa de analisar e decidir pela eventual implementação de premiações iguais ou semelhantes no futuro.

A valoração das UVVs se dará a partir do crescimento do plano de negócios do Grupo. A mensuração do valor da UVV será efetuada sempre ao final de cada ciclo contábil, considerando o período de validade do plano.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 não foram contabilizados passivos de incentivos de longo prazo devidos pela Companhia, sendo as posições de ILP mantidas na VLI S.A.

27.2 - Planos de previdência privada

(a) Plano de Benefício – FNS

A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social (“Valia”), entidade jurídica de fins não lucrativos, instituída em 1973, tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados que participam ou venham a participar do plano. O plano oferecido (Vale Mais) tem característica de contribuição variável, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de risco (pensão por morte, aposentadoria por invalidez e auxílio doença).

Os planos foram elaborados tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da previdência complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o benefício diferido por desligamento (“*Vesting*”), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem é, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos.

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As contribuições da Companhia para o plano de benefícios, são como segue:

- Contribuição normal ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição normal esporádica - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal de risco - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição extraordinária - Destinada ao custeio de déficit, serviço passado e outras finalidades não incluídas na contribuição normal.

(b) Contribuições

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia contribuiu para o plano de contribuição Vale Mais com montante de R\$ 731 (2022 - R\$ 687).

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e exercício 31 de dezembro de 2022.

(c) Reconciliações

Reconciliação do valor justo do ativo do plano	31/12/2023	31/12/2022
Valor justo do ativo do plano no final do exercício anterior	9.125	8.350
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	1.066	860
Fluxos de caixa – contribuição paga pela empresa	611	553
Fluxos de caixa – benefícios pagos pelo plano	(328)	(421)
Redimensionamento do valor justo do plano – rendimento de juros	(237)	(217)
Valor justo do ativo do plano no final do exercício	10.237	9.125
Reconciliação do benefício definido	31/12/2023	31/12/2022
Obrigação de benefício definido no final do exercício anterior	(1.694)	(1.974)
Custo do serviço corrente	(17)	(14)
Custo dos juros	(198)	(203)
Benefícios pagos pelo plano	328	421
Efeito da alteração de premissas financeiras/demográficas	(170)	58
Efeito da experiência do plano	(302)	18
Obrigação de benefício definido ao final do exercício	(2.053)	(1.694)
Reconciliação do valor líquido de (passivo) / ativo	31/12/2023	31/12/2022
Valor líquido do (passivo) / ativo de benefício definido no final do exercício anterior	7.431	6.376
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	851	643
Resultado obrigação do benefício definido – outros resultados abrangentes	(709)	(141)
Contribuição patrocinadora / pago pela empresa	611	553
Valor líquido do (passivo) / ativo de benefício definido ao final do exercício	8.184	7.431

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reconciliação do <i>asset ceiling</i>	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	7.431	6.376
Receita de juros	1.066	860
Mudanças no teto do ativo	(313)	195
Saldo no final do exercício	8.184	7.431
Valor reconhecido no balanço patrimonial	31/12/2023	31/12/2022
Valor presente dos passivos atuariais	(2.053)	(1.694)
Valor justo dos ativos	10.237	9.125
Efeito do limite do <i>asset ceiling</i>	(8.184)	(7.431)
Passivo reconhecido no balanço	-	-

(d) Análise de sensibilidade

Análise de sensibilidade nas hipóteses	31/12/2023	31/12/2022
1. Taxa nominal de desconto -1,0% - R\$ Premissa da análise	2,252,53 9%	1.852,07 11%
2. Taxa nominal de desconto +1,0% - R\$ Premissa da análise	1,884,23 11%	1.561,79 13%
Fluxos de caixa esperados para o próximo ano em R\$	31/12/2023	31/12/2022
1. Contribuição esperada a ser paga pela empresa	831,78	725,69
2. Contribuição esperada da empresa para direito reembolsável		
3. Previsão de pagamentos de benefícios do plano		
Ano 1	135,72	110,53
Ano 2	132,61	108,01
Ano 3	128,69	105,03
Ano 4	117,56	101,12
Ano 5	111,40	91,53
Próximos 5 anos	483,68	422,68
Média ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido	31/12/2023	31/12/2022
Taxa nominal de desconto	9,68%	11,68%
Taxa nominal de crescimento salarial	5,80%	6,97%
Taxa de inflação estimada no longo prazo	3,93%	5,08%
Taxa nominal de reajuste de benefícios	3,93%	5,08%

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido	31/12/2023	31/12/2022
Taxa nominal de desconto	11,68%	10,31%
Taxa nominal de crescimento salarial	6,97%	6,91%
Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,08%	5,02%
Taxa nominal de reajuste de benefícios	5,08%	5,02%
	AT-2000	AT-2000
	Segregada por	Segregada por
	Sexo - Suav.	Sexo - Suav.
Tábua de mortalidade	10%	10%
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos		
Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	20,4468	20,4468
Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	42,6958	42,6958

(e) Ativos por categoria

Planos superavitários – Valemais e Valiaprev	31/12/2023	31/12/2022	Hierarquia
Renda fixa	7.767	6.992	Níveis 1 e 2
Renda variável	948	897	Níveis 1 e 2
Estruturado	752	677	Nível 3
Exterior	205	86	Nível 3
Imobiliário	151	152	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	414	322	Nível 3
Total dos investimentos	10.237	9.126	-
Valores a pagar / receber	-	(1)	-
Total dos recursos garantidores	10.237	9.125	

28 - Instrumentos financeiros

28.1 - Gerenciamento dos riscos financeiros

A área de Tesouraria Corporativa presta serviços para empresas do Grupo, coordena o acesso aos mercados financeiros nacionais e internacionais, monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações por meio de relatórios internos que analisam as exposições por grau e importância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (incluindo o risco cambial e o risco de taxa de juros), o risco de crédito e risco de liquidez. Os riscos de mercado referente a preço e demanda são monitorados e administrados por equipes dedicadas de Inteligência Comercial (Mercado), Precificação e Suprimentos. Por sua vez, os riscos operacionais são monitorados e administrados por equipe própria de Seguros, mediante Programa de Gerenciamento de Riscos.

O Grupo busca minimizar os efeitos desses riscos usando instrumentos financeiros derivativos para proteger contra essas exposições ao risco. O uso de instrumentos financeiros derivativos é regido pelas políticas do Grupo aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios escritos relacionados ao risco de câmbio, risco de taxa de juros, risco de crédito, o uso de instrumentos financeiros derivativos, instrumentos financeiros não derivativos e o investimento da liquidez excedente. O cumprimento das políticas e dos limites de exposição é revisado pelos auditores internos continuamente. O Grupo não contrata ou negocia instrumentos financeiros, incluindo instrumentos financeiros derivativos, para fins especulativos.

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

<u>Risco</u>	<u>Exposição</u>	<u>Metodologia utilizada para mensuração do impacto</u>	<u>Gestão</u>
Risco de mercado - câmbio	Importações em andamento	Previsão de fluxos de caixa	Swaps cambiais e NDFs
	Empréstimos em moeda estrangeira (i)	Análise de sensibilidade	
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis e aplicações financeiras	Análise de sensibilidade	Swaps de taxa de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e instrumentos financeiros derivativos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings de instituições financeiras e clientes</i> Orientações de investimento em instrumentos de dívida
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos Liquidez das aplicações financeiras	Previsões de fluxo de caixa Análise da carência e vencimento das aplicações financeiras	Linhas de crédito disponíveis Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings de instituições financeiras</i>

(i) Sem exposição nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

(a) Risco de mercado

(i) Risco de preço e demanda

Considerando a natureza dos negócios e operações da Companhia, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos, bem como fatores climáticos relativos aos impactos nas safras.

O aumento dos custos de produção, de transporte e queda do preço das *commodities* transportadas podem influenciar a competitividade brasileira no mercado mundial. Da mesma forma, a variação nos fatores climáticos podem impactar negativamente o resultado de safras da agroindústria e consequentemente impactando em grande quantidade o volume de demanda dos clientes.

(ii) Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado e para tal, é política do Grupo identificar e mitigar os riscos financeiros decorrentes da contratação das operações financeiras e dos fluxos (pagamentos e recebimentos) em moeda estrangeira e, com foco na redução da volatilidade do fluxo de caixa e preservação patrimonial.

O Risco Cambial é monitorado através da análise das obrigações em moeda estrangeira (ativa e/ou passiva) registradas no Grupo, tais como captações em moeda estrangeira, importações e eventuais projeção de vendas para clientes *offshore*.

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

É facultada ao Grupo a possibilidade de contratar obrigações em moeda estrangeira pelo prazo de até 24 meses e limitadas ao valor individual ou agregado de USD 40 milhões. As obrigações em moeda estrangeira podem ser contratadas por qualquer empresa do Grupo, sendo certo que o somatório de todas as obrigações contratadas não poderá ultrapassar USD 40 milhões.

Na avaliação de novos projetos de investimento o risco cambial e possíveis mitigadores, quando existentes, serão analisados no processo decisório de investimento.

Para qualquer obrigação de prazo superior a 24 meses ou em valor individual ou agregado superior a USD 40 milhões, o Grupo deve buscar proteção junto ao mercado financeiro através de operações de *hedge accounting*.

É prática da Companhia contratar instrumentos financeiros derivativos (NDFs – *Non-deliverable forwards*) (Nota 28.2) para gerir o risco de câmbio associado às transações de importação identificadas e em andamento. Esta proteção não se qualifica como *hedge accounting* e, portanto, as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em resultados financeiros.

Estas operações não possuem inefetividade, uma vez que a contratação das NDFs se dá casada com a data de liquidação dos contratos de câmbio atrelados as importações já em andamento.

Análise de sensibilidade das variações nas taxas de câmbio

A Companhia está principalmente exposto ao dólar (USD), dólar australiano (AUD), Euro (EUR), Renminbi chinês (CNY) e dólar canadense (CAD).

A tabela a seguir descreve a sensibilidade da Companhia a uma variação de 20% e 35% em comparação a moedas estrangeiras relevantes, além do cenário provável que está embasado nas cotações cambiais futuras na data de vencimento das posições. A análise de sensibilidade inclui somente os itens monetários expressos em moeda estrangeira em circulação e ajusta sua conversão no final do exercício. A análise de sensibilidade inclui adiantamentos de importação, fornecedores e os eventuais instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteção.

	Saldo em 31/12/2023	Cenário provável	Variação de +/- 20%	Variação de +/- 35%
Fornecedores	(17)	(17)	(21)	(23)
	(17)	(17)	(21)	(23)
Efeito líquido no resultado		-	(4)	(6)

Taxas de conversão:

	USD	AUD	EUR	CNY	CAD
Exercício findo em 31/12/2023	4,8407	3,2873	5,3490	0,6812	3,6506

O cenário provável utiliza taxas de câmbio das expectativas de mercado divulgadas em cada data base, para o prazo médio de vencimento das obrigações.

Na opinião da Administração, a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente porque o período e a exposição não refletem a exposição durante o período.

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Riscos do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros porque aplica recursos atrelados ao CDI e tem obrigações atreladas ao (CDI e IPCA). O risco é gerido pelo Grupo mantendo um mix adequado entre empréstimos a taxas fixas e variáveis, e através do uso de contratos de *swap* de taxa de juros. As atividades de *hedge* são avaliadas regularmente para fins de alinhamento com as taxas de juros e o apetite de risco determinado, garantindo a aplicação das estratégias de custo de *hedge* mais eficazes.

O risco a indexadores é monitorado através da análise da sensibilidade sobre a receita financeira com aplicações financeiras e das despesas financeiras com endividamento contratado, mensurado trimestralmente.

A análise de sensibilidade apresenta quatro cenários, sendo um cenário real do período e três cenários adicionais.

O cálculo dos três cenários de sensibilidade deverá ser realizado aplicando os fatores simulados abaixo sobre a receita e despesas financeiras realizadas no período:

Receita financeira com aplicações (CDI):

- Cenário real: CDI corrente (final do período analisado) e Receita Financeira apurada;
- Cenário I: 90% do CDI corrente e receita financeira projetada (-10%);
- Cenário II: 80% do CDI corrente e receita financeira projetada (-20%);
- Cenário III: 65% do CDI corrente e receita financeira projetada (-35%).

Exceto pelas aplicações financeiras (Nota 6), obrigações de arrendamento e subconcessões (Nota 19), financiamentos e debêntures (Nota 15), não há ativos e passivos significativos com incidência de juros.

Análise de sensibilidade das variações nas taxas de juros

Ativos financeiros

Análise de sensibilidade elaborada sobre receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

Os cenários I, II e III foram calculados com deterioração de 10%, 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2023.

	31/12/2023			
Indexador	Taxas ao final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	11,65%	10,49%	9,32%	7,57%

	31/12/2023	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Receita de aplicações financeiras – efeito potencial no resultado	53.331	47.998	42.665	34.665

Passivos financeiros

Análise de sensibilidade elaborada sobre os financiamentos em aberto no final do período, com risco vinculado a indexadores pós-fixados (CDI e IPCA).

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os cenários I, II e III foram calculados com aumento de 10%, 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2023.

31/12/2023				
Indexador	Taxas ao final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
IPCA	4,50%	4,95%	5,40%	6,08%
CDI	11,65%	12,82%	13,98%	15,73%

	31/12/2023	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Encargos Financeiros - IPCA	10.438	11.482	12.526	14.092
Encargos Financeiros – CDI	53.722	59.094	64.466	72.524

(b) Risco de créditos

A fim de minimizar o risco de crédito, o Grupo adotou a política de negociar apenas com contrapartes que possuem capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

Os trabalhos de avaliação de risco de crédito comercial e concessão de limite de crédito são executados utilizando-se de processo de análise de risco de crédito e tendo como referência, sobretudo, as informações fornecidas pelos clientes, agências de proteção ao crédito e agências de *rating*.

As variáveis selecionadas como “Positivas” para a aprovação de limite de crédito são:

- O tempo de mercado da empresa solicitante de crédito e a sua reputação;
- Elevada pontualidade de pagamento e classificação de baixo risco nas principais agências de proteção ao crédito;
- Elevada classificação de risco de crédito pelas agências de *ratings*, quando disponíveis;
- Boa classificação dos principais indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade do negócio do cliente (constantes nos dados contábeis do cliente, já devidamente auditados, sempre que disponíveis);
- Disponibilidade de oferecer garantias complementares ao processo.

As variáveis selecionadas como “Negativas” para a aprovação do limite de crédito são:

- A presença de apontamentos restritivos considerados elevados, tanto em quantidade, quanto em montantes individuais. Esta verificação deverá ser feita não somente na empresa solicitante do crédito, mas também nas empresas coligadas e nos sócios ou acionistas.
- Baixa pontualidade de pagamento junto ao Grupo;
- O não atendimento dos pré-requisitos mínimos de análise de risco de crédito para as variáveis consideradas “Positivas”.

A validade do limite de crédito de cada cliente será de até 365 dias contados a partir da sua aprovação e cadastro no sistema. Entretanto, é reservado à Gerência Geral Financeira o direito de atribuir prazo de validade inferior a 365 dias, conforme classificação de risco do cliente.

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral.

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa (i)	272.611	373.592
Contas a receber de terceiros (ii)	440.565	458.341
Contas a receber de partes relacionadas (ii)	115	25.455
	713.291	857.388

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida.

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido. Os limites são definidos conforme política financeira consolidada do Grupo, sendo conforme tabela abaixo:

Limite Máximo Consolidado

1. Classificação de risco para aplicações em Reais	2. Limite máximo de alocação do caixa por instituição financeira	3. Limite máximo de alocação do caixa por valor de patrimônio líquido da instituição financeira
Acima de brAA	45%	10%
Entre brAA- e brAA	30%	10%
Entre brA e brA+	20%	5%
brA-	5%	5%

- A coluna (1) tem como referências informações das agências de rating S&P, Moody's e Fitch.
- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.

Não são permitidas as aplicações em:

- títulos pré-fixados de qualquer natureza;
- títulos de emissão de empresas estatais não-financeiras;
- renda variável, tais como ações ou fundo de ações;
- títulos de emissão de empresas privadas sem garantia de instituição financeira;
- títulos, fundos ou outros instrumentos que possam implicar em perda do principal investido.

- (ii) O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão na concessão de crédito, consistindo em análises do perfil dos clientes. Deve-se destacar que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresenta concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes com conseqüente minimização de perdas individuais.

Do saldo de contas a receber de clientes no final do exercício, R\$ 15.900 é devido pela Amaggi Louis Dreyfus Zen-Noh Grãos. Ao findo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, R\$ 8.426 é devido pela CGG Trading S.A., cliente com maior exposição em aberto na Companhia e cuja realização é fruto de acordo específico de recebimento, estando os recebimentos em dia.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu perdas por redução ao valor recuperável com contas a receber no montante de R\$ 8 (2022 – R\$ -). A metodologia adotada para constituir a estimativa de perdas para liquidação duvidosa está de acordo com o CPC 48 / IFRS 9.

(c) Risco de liquidez

A gestão de fluxo de caixa do Grupo está embasada em política interna e contempla:

- Elaboração de fluxo de caixa individual por empresa e consolidado em base mensal com horizonte de 24 meses, considerando os cenários pessimista, conservador e moderado, que serão derivados de diferentes previsões de geração de caixa operacional;
- Reportar mensalmente para o comitê financeiro atualizações do fluxo de caixa e seus respectivos cenários, observando eventuais riscos de quebra de *covenant*, refinanciamento e caixa mínimo;
- Caso sejam identificadas alterações estruturais nas premissas de caixa com impacto negativo nos níveis de liquidez a Diretoria Executiva irá apresentar ao Conselho de Administração:
 - Análise do impacto no fluxo de caixa de curto e médio prazos em diferentes cenários;
 - Recomendação de ações corretivas de impacto imediato que podem contemplar interrupção temporária de pagamentos, revisão do plano de investimento e captação de recursos para reforçar o caixa do Grupo.

O Grupo deverá manter um saldo mínimo consolidado de caixa com o objetivo de evitar que as ocorrências de flutuações em sua geração operacional afetem sua capacidade de cumprir com suas obrigações. O cálculo acompanha metodologia calculada anualmente durante o ciclo orçamentário e submetido para aprovação pelo Conselho de Administração, juntamente com a aprovação do orçamento, sendo composto por:

- Obrigações operacionais e financeiras de curto prazo;
- Composição de saldo reserva para aquisição de intangível;
- Investimentos correntes essenciais à manutenção das operações do Grupo;
- Investimentos de capital não financiados, equivalente a 30% do total de investimento de capital.

Por ser resultado de um processo dinâmico, os saldos de caixa mínimo definidos para cada exercício social poderão ser revistos nos seguintes casos:

- Alterações adversas no mercado doméstico e/ou internacional com potencial de impacto nas premissas de receita ou custo utilizadas no ciclo orçamentário;
- Alterações no plano de negócio do Grupo, incluindo aquelas relacionadas ao plano de investimentos, com impacto no caixa de curto prazo;
- Decisões jurídicas e/ou fiscais desfavoráveis com potencial de consumo substancial de caixa no curto ou médio prazo;
- Alterações adversas no mercado de crédito que impacte o plano de financiamento proposto para o exercício.

Caso se verifique a impossibilidade de cumprimento do caixa mínimo tal fato deve ser comunicado pelo Diretor Financeiro ao Conselho para alinhamento sobre a definição de um novo patamar de caixa mínimo para o respectivo exercício social em conjunto com as ações mitigadoras.

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros e obrigações de arrendamento contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros futuros incidentes nas operações e considerando os vencimentos contratuais, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2023:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Arrendamentos	12.407	13.004	13.653	14.333	15.047	198.568	267.012
Fornecedores	223.357	-	-	-	-	-	223.357
Contas a pagar	7.208	-	-	-	-	-	7.208
Financiamentos e debêntures	63.703	56.343	436.876	9.333	8.999	56.170	631.424

Os passivos financeiros da Companhia estão classificados no passivo circulante e não circulante, considerando os prazos de vencimento.

A dívida líquida da Companhia é composta pelos financiamentos e debêntures, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa e dos instrumentos financeiros derivativos, líquidos.

	31/12/2023	31/12/2022
Financiamentos e debêntures	495.786	501.638
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(272.611)	(373.592)
Dívida líquida	223.175	128.046
	45,01%	25,53%

(d) Risco operacional

A FNS possui programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks*.

Modalidade	Cobertura	Data de cobertura	Valores em milhares de R\$ e USD
Responsabilidade civil geral	<i>All risk</i>	30/06/2024	R\$ 80.000
Riscos operacionais	<i>All risk</i>	30/06/2024	R\$ 400.000
Responsabilidade civil do transporte ferroviário - RCTF-C	<i>All risk</i>	31/07/2024	R\$ 35.000 por evento R\$200 para container
Vida em grupo	Empregados, cônjuges e filhos	30/06/2024	24 x Salário base
Vida em grupo	Estagiários	30/06/2024	R\$ 33.600

(e) Gestão de capital

O Grupo gerencia seu capital com o intuito de garantir a continuidade normal dos negócios das entidades do Grupo de forma a proporcionar o máximo de retorno aos seus acionistas por meio da otimização da sua estrutura de dívida e capital. A estratégia geral do Grupo permanece inalterada desde 2019.

O Grupo não está sujeito a nenhuma exigência externa sobre o capital.

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo. A origem de recursos se baseia em capital próprio e com a captação de recursos de terceiros.

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O passivo, líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do exercício é apresentado a seguir.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Total passivo	1.400.410	1.455.435
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(272.611)</u>	<u>(373.592)</u>
	<u>1.127.799</u>	<u>1.081.843</u>
Patrimônio líquido	<u>3.165.573</u>	<u>3.038.663</u>
	<u>35,63%</u>	<u>35,60%</u>

28.2 – Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui exposição em derivativos futuros (NDF – *non-deliverable forward*).

28.3 - Estimativa de valor justo

Os valores de justos dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelos níveis 1 e 3.

Informações (*inputs*) de Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações (*inputs*) de Nível 2

Informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações (*inputs*) de Nível 3

Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos financeiros por categoria e valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Valor contábil		Valor justo		Hierarquia
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Ativo					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	272.611	373.592	272.611	373.592	-
Contas a receber de terceiros	440.557	458.341	440.557	458.341	-
Contas a receber de partes relacionadas	115	25.455	115	25.455	-
	713.283	857.388	713.283	857.388	
Passivo					
Custo amortizado					
Fornecedores terceiros	207.399	105.720	207.399	105.720	-
Fornecedores de partes relacionadas	15.958	246.769	15.958	246.769	-
Contas a pagar	7.208	7.055	7.208	7.055	-
Financiamentos	169.078	175.334	154.668	161.661	Nível 2
Debêntures	326.708	326.304	331.347	330.091	Nível 2
Subconcessão (Valec)	292.494	303.166	292.494	303.166	-
Dividendos a pagar	159.920	93.903	159.920	93.903	-
	1.178.765	1.258.251	1.168.994	1.248.365	

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ADMINISTRAÇÃO E DIRETORES

Conselho de Administração

Conselheiros

Silvana Alcântara Oliveira de Souza

Rute Melo Araujo

Carolina Hernandez Tascon

Joyce Andrews da Costa

Suplentes

Nicolas Rodolfo Leon Szwako

Daniel Rezende Schaffazick

Diretoria

Alessandro Pena da Gama

Diretor Presidente

Fábio Tadeu Marchiori Gama

Diretor Financeiro e de RI

Fabício Rezende de Oliveira

Diretor de Integração e Planejamento

Alessandro Pena da Gama

Diretor de Operações

Carolina Hernandez Tascon

Diretora Comercial

Silvana Alcântara Oliveira de Souza

Diretora Regulatório e Relações Institucionais

Márcia Mara Chaves Resende

Gerente de Controladoria e Contabilidade - CRC-MG 078483/O-8 "S" MA